



Escola Superior de Ciências Empresariais

***A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso como  
instrumento de controlo da execução do orçamento da  
despesa: um estudo de caso aplicado***

**Carina Isabel Chaveiro Coelho**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de

**Mestre em Contabilidade e Finanças**

**Orientador:** Professora Doutora Ana Bela Teixeira

Setúbal, 2019

## Agradecimentos

Esta etapa, que chega agora ao fim, representa um marco muito importante na minha vida académica. O aprender e o querer saber sempre mais foi e é algo que me fascina e que me completa.

O processo de realização de uma dissertação, para além de ser um trabalho individual, é uma caminhada que enfrenta vários altos e baixos. Nem sempre foi fácil. Conciliar a vida pessoal, profissional e escolar é algo que exige rotina, disciplina e, principalmente, muito foco.

Quero agradecer a todos aqueles que me apoiaram.

O mais importante é acreditar. Acreditar, sempre. E, principalmente, acreditar em nós. E foi este ensinamento que uma pessoa muito especial deixou em mim. Obrigada Amadeu.

Obrigada à minha Mãe e ao meu Pai. Às minhas sobrinhas que acham um espetáculo a tia ainda estar a estudar. Ao meu irmão e à minha cunhada. À família e aos amigos. Aos colegas de trabalho.

Um agradecimento à minha orientadora pelo incentivo, pelo apoio, compreensão, disponibilidade e orientação. Obrigada professora Ana Bela Teixeira.

**Muito obrigada!**

## Índice

Resumo .....	1
Abstract .....	2
Introdução.....	3
Enquadramento Teórico.....	5
1. O Orçamento na Administração Pública .....	5
2. Normalização Contabilística na Administração Pública .....	7
2.1 Plano Oficial de Contabilidade Pública e Planos Setoriais .....	8
2.1.1 Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.....	10
2.2 Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas .....	11
2.2.1 A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental .....	15
2.2.2 O Plano de Contas da Contabilidade Orçamental da classe zero e os registos contabilísticos dos ciclos orçamentais .....	18
2.2.3 Classificador económico das receitas e das despesas Públicas .....	24
3. Contratação Pública .....	30
4. Enquadramento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso .....	33
4.1 A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso .....	34
4.1.1 Pagamentos em atraso .....	37
5. Metodologia .....	39
6. Estudo de Caso Aplicado .....	42
6.1 Orçamento do ano N+1 .....	42
6.1.1 Abertura do orçamento da receita e da despesa .....	43
6.1.2 janeiro N+1 – Cálculo dos Fundos Disponíveis e execução do orçamento.....	45
6.1.3 fevereiro N+1 – Cálculo dos Fundos Disponíveis e execução do orçamento .....	55
6.1.4 março N+1 – Cálculo dos Fundos Disponíveis e execução do orçamento .....	62
6.2 Opções previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso para aumento dos Fundos Disponíveis .....	64
Conclusão.....	70
Bibliografia.....	72
Legislação .....	73

## Índice de Figuras

Figura 1 - Síntese do Plano de Contas Multidimensional .....	13
Figura 2 - Integração de Lacunas - Artigo 13.º do SNC-AP .....	15
Figura 4 - Ciclo Orçamental da Receita .....	17
Figura 3 - Termos orçamentais: Receita e Despesa.....	17
Figura 5 - Ciclo Orçamental da Despesa .....	18
Figura 6 - Registos contabilísticos na Contabilidade Orçamental relativos à Receita.....	20
Figura 7 - Registos na Contabilidade Orçamental da Abertura e Execução da Despesa .....	22
Figura 8 - Passivos.....	35
Figura 9 - Fases da despesa: Antes da publicação da LPCA .....	35
Figura 10 - Fases da despesa: após a publicação da LPCA .....	36

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Contabilidade Orçamental - Receita do Período Corrente .....	19
Tabela 2 - Contabilidade Orçamental - Despesa do Período Corrente .....	21
Tabela 3 - Contabilidade Orçamental - Receita de Períodos Futuros .....	23
Tabela 4 - Contabilidade Orçamental - Despesa de Períodos Futuros .....	23
Tabela 5 - Contabilidade Orçamental - Encerramento do orçamento .....	24
Tabela 6 – Resumo do Classificador económico da receita das autarquias locais .....	25
Tabela 7 - Resumo do Classificador económico da despesa das autarquias locais.....	28
Tabela 8 - Procedimentos mais utilizados na Contratação Pública e os seus valores.....	30
Tabela 9 - Distribuição da previsão da receita própria ao longo do ano de N+1 .....	42
Tabela 10 - Orçamento aprovado: distribuição da receita por classificação económica.....	43
Tabela 11 - Orçamento aprovado: distribuição da despesa por classificação económica .....	43
Tabela 12 – Mapa de Fundos Disponíveis janeiro N+1 .....	46
Tabela 13 – Mapa de Fundos Disponíveis de fevereiro N+1 .....	56
Tabela 14 - Mapa de Fundos disponíveis março N+1 .....	62
Tabela 15 - Mapa de Fundos Disponíveis para compromisso de março N+1 - Simulação.....	64
Tabela 16 - Mapa de Fundos Disponíveis com antecipação de receitas gerais .....	66
Tabela 17 - Mapa de Fundos Disponíveis após aumento temporário de receitas próprias .....	67
Tabela 18 - Mapa de Fundos Disponíveis com incorporação do Saldo de Gerência.....	68
Tabela 19 - Mapa de Fundos Disponíveis com incorporação do crédito especial .....	69

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Princípios Orçamentais .....	5
Quadro 2 - Subsistemas do SNC-AP .....	12

Quadro 3 - Normas de Contabilidade Pública e IPSAS .....	14
Quadro 4 – Três níveis da Receita .....	26
Quadro 5 - Três níveis da Despesa .....	28
Quadro 6 - Abertura Orçamento Receita - Transferências por conta do Orçamento de Estado.....	44
Quadro 7 - Abertura Orçamento Despesa - Aquisição de Serviços de Limpeza.....	44
Quadro 8 - Balancete inicial de abertura do orçamento - Contabilidade Orçamental .....	45
Quadro 9 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Cabimento .....	47
Quadro 10 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Compromisso .....	47
Quadro 11 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Liquidação e Recebimento .....	47
Quadro 12 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Recebimento .....	48
Quadro 13 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Cabimento .....	48
Quadro 14 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Compromisso .....	48
Quadro 15 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Obrigação .....	49
Quadro 16 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Fatura .....	49
Quadro 17 -Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Liquidação .....	49
Quadro 18 -Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Valor a receber.....	49
Quadro 19 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Recebimento .....	50
Quadro 20 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Recebimento .....	50
Quadro 21 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento .....	50
Quadro 22 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento .....	50
Quadro 23 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Processamento dos valores dos vencimentos base -> Cabimento, Compromisso e Obrigação.....	51
Quadro 24 – Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Processamento dos valores dos vencimentos base -> Obrigação pelo pagamento .....	52
Quadro 25 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Processamento dos valores do Subsídio de Refeição -> Cabimento, Compromisso e Obrigação .....	52
Quadro 26 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Processamento dos valores do Subsídio de Refeição -> Obrigação pelo pagamento .....	52
Quadro 27 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Processamento dos valores da Segurança Social (parte da entidade) -> Cabimento, Compromisso .....	52
Quadro 28 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Processamento dos valores da Segurança Social (parte da entidade) -> Obrigação.....	53
Quadro 29 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento .....	53
Quadro 30 Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento .....	53
Quadro 31 - Balancete final de janeiro - Contabilidade Orçamental.....	54
Quadro 32 - Balancete final de janeiro - Contabilidade Financeira .....	55
Quadro 33 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Obrigação relativa a Serviços de Limpeza .....	57
Quadro 34 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) – Fatura relativa a Serviços de Limpeza .....	57

Quadro 35 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento Serviços de Limpeza .....	58
Quadro 36 - Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento Serviços de Limpeza.....	58
Quadro 37 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Compromisso .....	58
Quadro 38 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento .....	59
Quadro 39 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento .....	59
Quadro 40 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Recebimento .....	59
Quadro 41 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Recebimento .....	59
Quadro 42 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Obrigação .....	60
Quadro 43 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Fatura .....	60
Quadro 44 - Balancete final de fevereiro - Contabilidade Orçamental .....	61
Quadro 45 - Balancete final de fevereiro - Contabilidade Financeira .....	62
Quadro 46 - Opções para o aumento dos Fundos Disponíveis .....	64

## Abreviaturas

**CCP:** Código dos Contratos Públicos

**CE:** Classificações económicas

**CNC:** Comissão de Normalização Contabilística

**DL:** Decreto-Lei

**FD:** Fundos Disponíveis

**IPSAS:** International Public Sector Accounting Standards

**LPCA:** Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

**NCP:** Norma de Contabilidade Pública

**PCM:** Plano de Contas Multidimensional

**POCAL:** Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais

**POC-E:** Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação

**POCISSSS:** Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

**POCMS:** Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde

**POC:** Plano Oficial de Contabilidade

**POCP:** Plano Oficial de Contabilidade Pública

**QREN:** Quadro de referência estratégico nacional

**SNC:** Sistema de Normalização Contabilística

**SNC-AP:** Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

## Resumo

O reforço da importância da informação contabilística na Administração Pública, nomeadamente nas Autarquias Locais, tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas, havendo por um lado, a necessidade de aproximar a nível nacional o normativo contabilístico aplicado, ao que é praticado no setor empresarial e por outro, ser consistente com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Essa preocupação refletiu-se na publicação do POCP e planos setoriais, nomeadamente, o POCAL e posteriormente na revogação destes planos com a publicação do SNC-AP.

Paralelamente a essa preocupação relativamente à qualidade e comparabilidade da informação contabilística, a conjuntura económica nacional e internacional, impulsionou a necessidade de controlar a dívida pública e em consequência foi publicada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

E foi na sequência desta realidade, que se efetuou a revisão de literatura, dando destaque à caracterização dos Municípios, aos normativos contabilísticos aplicáveis e às leis que condicionam a execução do orçamento, principalmente à Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso.

A realização de despesa com base no cabimento e na existência de dotação orçamental, fez com que a despesa fosse superior à capacidade de efetuar os pagamentos. Este método levou a um acumular de pagamentos em atraso, logo, a um aumento da dívida pública. Com o intuito de fazer ajustamentos à despesa pública, foi publicada a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, como um instrumento de disciplina para o controlo da execução da despesa. Esta Lei impõe regras à assunção de compromissos de modo a que não existam compromissos sem ter garantia que o seu pagamento pode ser efetuado no curto prazo. Para a realização de compromissos é necessário o cálculo dos fundos disponíveis no princípio de cada mês. Os fundos disponíveis têm uma linha temporal de 3 meses.

Na parte empírica é realizado um estudo de caso aplicado numa União de Freguesias, para mostrar como a aplicação desta Lei pode condicionar a execução da despesa. Através da apresentação dos registos contabilísticos da abertura e da execução do orçamento da receita e da despesa foram calculados os fundos disponíveis no início de cada mês, de modo a que seja conhecido o valor disponível para novos compromissos. Quando o valor da despesa que se quer realizar é superior ao valor disponível para novos compromissos, existem mecanismos a serem utilizados para um aumento dos fundos disponíveis, previstos na Lei, que apresentámos.

**Palavras-chave:** Contabilidade, despesa, compromissos, pagamentos, fundos disponíveis



## Abstract

It has been of great concern the reinforcement of the accounting information in Public Administration, especially in the Local Communities in order to approach the accounting Law in force to the one that has been followed by the business sector and also be consistent with the accounting international rules applied in the Public Sector. This concern has been reflected in the POCP publication and sector plans, namely, the POCAL and afterwards in the revocation of these plans with the SNC-AP publication.

In parallel to the concern of the quality and comparability of the accounting information, the national and international economic environment, impulses the necessity of controlling the public debt and therefore the publication of the Law of Commitments and Late Payments.

This reality made necessary a revision of literature, focusing the definition of the Districts, on the accounting standards applicable and laws that condition the execution of the budget, specially the Law of Commitments and Late Payments.

The expense based on the budgetary approach and the existence of the budgetary value, increased the expenses turning it superior to the capacity of payment. In consequence the overdue payments accumulate, increasing the public debt. With the need to make adjustments in the Public expense, came the Law 8/2012 of 21<sup>st</sup> February, as an instrument to teach how to control the public expenditures. This Law imposes rules in order to stop the commitments without guarantee that the payment can be done in a short deadline. The achievement of the formal purposes it's necessary to calculate the available funds at the beginning of each month. The funds have a chronological timeline of 3 months.

In the practical area a study has been held applied to a District, to show how the implementation of this law can condition the expenditure execution. The available funds are calculated at the beginning of each month, through the presentation of the accounting records from the opening and execution of the budget and expenses in order to get to know the available value for new commitments. When the value of the expense is superior to the available for new commitments, there are mechanisms that can be used to increase the available funds expected in the law that we already reported.

**Keywords:** accounting, expense, Commitments, Payments, available funds

## Introdução

Nas últimas décadas, na Administração Pública, tem havido a necessidade de que a contabilidade acompanhe a evolução do contexto nacional e internacional e esse ajustamento foi concretizado, desde 1975 em vários diplomas legais donde salientamos o Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública e posteriormente o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Ainda que, ao nível da informação contabilística, a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública tenha sido um avanço na Administração Pública, porque aproximou a contabilidade pública da informação contabilística obtida na aplicação do Plano Oficial de Contabilidade no setor privado em Portugal, a verdade é que a revogação deste plano que foi substituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, bem como o distanciamento do Plano Oficial de Contabilidade Pública das Normas Internacionais de Contabilidade Pública, justificou a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Assim, atualmente, nas Administrações Públicas, os registos contabilísticos dos factos ocorridos nessas organizações, efetuados de acordo com o orçamento respetivo, têm de ser efetuados de acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Salienta-se que, nas Administrações Públicas o Orçamento é um documento de elaboração obrigatória e que por isso, associa o seu caráter informativo à obrigatoriedade legal.

Desta forma, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que obriga, tal como o Plano Oficial de Contabilidade Pública, à implementação de três subsistemas contabilísticos, a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão, é constituído por 27 normas de contabilidade pública, por um plano de contas multidimensional e pela estrutura conceptual. À contabilidade orçamental, está atribuída a norma de contabilidade pública n.º 26 e um plano de contas na classe 0.

Neste estudo, iremos dar especial destaque aos registos contabilísticos das receitas e despesas correntes, na contabilidade orçamental, quer ao nível da abertura do orçamento, quer das diferentes fases da sua execução e que são para a receita, a liquidação e o recebimento, e para a despesa, o cabimento, o compromisso, a obrigação e o pagamento. Contabilisticamente, uma forma de controlar a execução do orçamento é verificar se há dotação disponível, através do saldo da conta com o mesmo nome, pois esse valor é o máximo valor possível para futuros cabimentos.

Mas a elaboração do orçamento, que tem de ser equilibrado, ou seja, ter despesas iguais a receitas, é elaborado a partir de previsões de receitas e embora sejam estas que condicionam as dotações da despesa orçamentadas, o não cumprimento da execução do orçamento da receita, pode impossibilitar o pagamento das obrigações assumidas.

Assim, num contexto económico adverso quer a nível nacional quer internacional tornou urgente que, nas administrações públicas fossem tomadas medidas para controlo da despesa, nomeadamente, o controlo da execução do orçamento, tendo em conta, não só o valor disponível, do orçamento aprovado, mas também a capacidade ou não, de pagar as obrigações assumidas. Na sequência, foi publicada, em 2012, a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Este estudo, que pretende evidenciar como é que esta Lei permite controlar o endividamento excessivo, vai efetuar um estudo de caso aplicado na parte empírica, depois de ter na revisão de literatura a explicação do orçamento na Administração Pública bem como os seus princípios. A explanação dos sistemas de normalização contabilística, tais como o Plano Oficial de Contabilidade Pública, o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. E como a contabilidade orçamental na Administração Pública está previsto aplicar o plano de contas da classe zero, este estudo vai apresentar a forma de articular esse plano, com o registo das fases do orçamento. Igualmente será dado ênfase ao classificador económico das receitas e das despesas Públicas. Para finalizar, será dada importância aos instrumentos existentes para o controlo da despesa, como o Código da Contratação Pública e a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

De forma a espelhar os pontos mencionados, na parte empírica será realizada, através da execução orçamental, tanto da receita como da despesa, a apresentação dos registos contabilísticos no dia-a-dia de uma entidade pública, especificamente numa Junta de Freguesia e mostrar como a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, através dos fundos disponíveis, pode condicionar a execução da despesa.

## Enquadramento Teórico

### 1. O Orçamento na Administração Pública

Em termos organizacionais, o orçamento é um instrumento de apoio à gestão, todavia, enquanto no setor privado, tem um carácter facultativo, no setor público, é de elaboração obrigatória e por isso, associa o carácter da legalidade, com o de apoio à gestão.

“Nas organizações da Administração Pública cujas receitas são maioritariamente transferências com origem no Orçamento do Estado, embora seja importante apurar os Resultados, é fundamental que seja efetuada uma verdadeira gestão do custo que permita, por um lado, apoiar decisões e por outro, fazer o mesmo gastando menos ou gastando o mesmo e fazer mais, ou seja, baixar o custo unitário dos serviços prestados, mantendo pelo menos, o mesmo nível de qualidade” (Teixeira e Martins, 2018, p.3).

O orçamento é a base da contabilidade pública, onde são apresentadas todas as receitas e todas as despesas, sempre na base do equilíbrio. Segundo Basílio (2013) “O orçamento é uma lei. (...) que vigora, em Portugal, entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro”.

Na Lei n.º 6/91, de 20 de fevereiro que aprova o Enquadramento do Orçamento do Estado, refere, no artigo n.º 5, que “todas as receitas são inscritas (...) pela importância integral em que foram avaliadas, sem dedução alguma para encargos de cobrança” e “todas as despesas são inscritas no orçamento pela sua importância integral” sem qualquer tipo de dedução.

Todos os anos, as entidades encontram-se sujeitas aos princípios presentes na Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, com as devidas atualizações, que aprovou a Lei de Enquadramento Orçamental.

Esta Lei apresenta os seguintes princípios orçamentais (Lei n.º 151/2015):

**Quadro 1 - Princípios Orçamentais**

Princípios Orçamentais	Explicação
<b>Unidade e Universalidade</b>	O orçamento é um só e independente dos outros orçamentos
<b>Estabilidade Orçamental</b>	As decisões tomadas têm que ter em conta o equilíbrio orçamental e a boa gestão
<b>Sustentabilidade das finanças públicas</b>	“Capacidade de financiar todos os compromissos, assumidos ou a assumir, com respeito pela regra de saldo orçamental estrutural e da dívida pública, conforme estabelecido na presente lei” (artigo 11.º)
<b>Solidariedade recíproca</b>	Situações excecionais, poderá ter que existir a solidariedade nas entidades para com as contas públicas, por forma a existir equilíbrio
<b>Equidade Intergeracional</b>	Visa o bom senso na distribuição dos benefícios e dos custos entre gerações, de modo a que não exista a sobrecarga nas gerações futuras

<b>Anualidade e Plurianualidade</b>	O orçamento é anual, sendo que “o ano económico coincide com o ano civil” (artigo 14.º, n.º 3)
<b>Não compensação</b>	Todas as receitas previstas e todas as despesas são inscritas pela respetiva importância integral, sem qualquer tipo de deduções
<b>Não consignação</b>	Não se pode afetar qualquer receita a uma despesa, com exceção de receitas consignadas determinadas por lei
<b>Especificação</b>	“As despesas inscritas nos orçamentos dos serviços e organismos dos subsectores da administração central e da segurança social são estruturadas em programas, por fonte de financiamento, por classificadores orgânico, funcional e económico” (artigo 17.º, n.º 1) e as “as receitas são especificadas por classificador económico e fonte de financiamento” (artigo 17.º, n.º 2)
<b>Economia, eficiência e eficácia</b>	Baseiam-se na “a) Utilização do mínimo de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público; b) Promoção do acréscimo de produtividade pelo alcance de resultados semelhantes com menor despesa; c) Utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar” (artigo 18.º, n.º 1)
<b>Transparência orçamental</b>	Disponibilização de toda a informação em relação à entidade. Esta informação passa pela “execução dos programas, objetivos da política orçamental, orçamentos e contas do setor das administrações públicas, por subsector. 3 - A informação disponibilizada deve ser fiável, completa, atualizada, compreensível e comparável internacionalmente, de modo a permitir avaliar com precisão a posição financeira do setor das administrações públicas e os custos e benefícios das suas atividades, incluindo as suas consequências económicas e sociais, presentes e futuras” (artigo 18.º)

**Fonte:** Própria

Estes princípios são determinantes na elaboração, execução e controlo do orçamento nas Administrações Públicas.

“Como parte de uma gestão moderna das finanças públicas, as regras, princípios, responsabilidades e os riscos devem estar bem integradas no ciclo de formulação e na execução do orçamento” (Gastar, 2015, p.37).

As Autarquias Locais, como parte integrante das Administrações Públicas, têm anualmente de elaborar e aprovar o seu orçamento.

## 2. Normalização Contabilística na Administração Pública

“A evolução da contabilidade pública em Portugal foi impulsionada pelo resto dos países vizinhos e principalmente por aqueles que eram mais industrializados. As maiores alterações verificaram-se a partir da década de 90” (Vaz, 2016, p.3). Até esta década, a contabilidade em Portugal era baseada, unicamente, numa contabilidade orçamental, sem evolução e com poucas alterações. Ou seja, a contabilidade era um sistema contabilístico unigráfico em que se registavam as entradas e as saídas numa ótica de caixa.

O ponto de partida para a reforma da contabilidade, que se encontrava em vigor desde 1933, tinha como base a Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro (Primeira lei das Finanças Locais), no seu artigo 25.º e o Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de junho, com o objetivo da uniformização das contabilidades orçamentais existentes na Administração Pública.

Contudo, era um sistema limitado. Não era possível conhecer o valor do património da entidade, os valores respeitantes aos investimentos e não era possível consultar os custos das atividades e dos serviços.

A realidade autárquica levou a que fosse publicado o Decreto-Lei (DL) n.º 341/83, de 21 de junho, que veio substituir o referido DL n.º 243/79. Este decreto veio impor a elaboração de um plano de atividades e a implementação de um sistema de fiscalização interna de execução orçamental e a sua respetiva responsabilização. Porém, continuava a ser uma contabilidade na base do caixa.

Posteriormente é publicada a Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro (nova Lei das Finanças Locais). Mesmo com esta Lei, a contabilidade continuava a ser “em regime de caixa, não tendo sido aprovado um plano de contas que permitisse a análise patrimonial e desta forma fosse alterado o regime contabilístico para a digrafia” (Silva *et al*, 2016, p.10).

Na opinião de Vaz (2016) a contabilidade pública em Portugal estava praticamente parada, não mostrava qualquer tipo de evolução. Todavia, a partir dos anos 80, aos poucos, essa evolução foi surgindo. O primeiro passo foi dado com a publicação da Lei das Bases da Contabilidade Pública a 20 de fevereiro de 1990, onde, o mesmo autor refere que até à publicação desta lei a contabilidade pública era exclusivamente orçamental assentando a sua preocupação unicamente por saber onde era gasto o dinheiro público.

A Lei das Bases da Contabilidade Pública tinha como objetivo “implementar normas e princípios que os serviços e organismos da Administração Pública têm que fazer cumprir para uma maior normalização e harmonia com as contas do setor privado” (Vaz, 2016, p.5).

As mudanças continuaram com a publicação do Regime de Administração Financeira do Estado através do DL n.º 155/92, de 28 de julho. Os objetivos deste DL visavam “a unidade orçamental, de tesouraria e um sistema de informação adequado às necessidades da gestão económico-financeira do Estado. Desta forma, o Estado obteria vantagens que até aí não tinham sido

possíveis de alcançar, designadamente melhor gestão orçamental, maior economia, eficiência e eficácia, melhor gestão de tesouraria do Estado e maior rapidez na arrecadação de receitas do Estado, bem como o seu controlo” (Ferreira, 2013, p.33).

Mas, mesmo com as transformações sentidas na contabilidade, era ainda necessário colmatar muitas falhas existentes.

Neste sentido e com a necessidade de um sistema contabilístico mais uniforme, apropriado e semelhante ao sistema contabilístico empresarial, foi criado e publicado através do DL n.º 232/97, de 3 de setembro, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) da Administração Pública, criada em 1998, foi a responsável pelo começo dos estudos para a preparação e formação do POCP e dos seus planos setoriais.

## 2.1 Plano Oficial de Contabilidade Pública e Planos Setoriais

O POCP foi uma verdadeira atualização e modernização do sistema contabilístico na Administração Pública, face a tudo o que tinha sido feito ao nível da normalização da informação contabilística.

Para Azevedo (2018), “o POCP foi um marco fundamental da reforma da administração financeira e das contas públicas, tendo sido um pilar muito importante da evolução da contabilidade pública”.

Segundo Silva *et al* (2016) e “conforme referido no preâmbulo do diploma, o POCP baseou o modelo de contabilidade orçamental no Plan General de Contabilidad Pública espanhol e a contabilidade patrimonial seguiu o definido no POC para as empresas privadas, nomeadamente no que concerne aos critérios e princípios contabilísticos e ainda aos modelos de mapas de prestação de contas (com a exceção dos mapas orçamentais) ”.

O POCP tinha como objetivo a criação de um sistema contabilístico moderno que incorporasse a contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica.

A contabilidade orçamental – “registava, pelo método digráfico, toda a informação referente aos recebimentos e pagamentos” (Azevedo, 2018, p.30). O método digráfico consiste no registo contabilístico em que para cada valor a débito existe, igualmente, um mesmo valor a crédito. Ou seja, o valor total registado a débito tem que ser igual ao valor total registado a crédito.

A contabilidade patrimonial – permitia obter informação sobre a situação económica, financeira e o valor patrimonial de uma entidade e os registos contabilísticos previstos no POCP, para este subsistema contabilístico, era também em partidas dobradas.

A contabilidade analítica – tinha como objetivo a obtenção de informação sobre a formação dos custos relativos às atividades e aos serviços prestados ao exterior e ainda a obtenção de informação para a análise e controlo de gestão.

Embora o POCP obrigasse a implementação dos três subsistemas contabilísticos referidos, (com um grande nível de complexidade), acabou por apenas explicar no Decreto-Lei que o aprova, as regras de implementação dos subsistemas contabilísticos da contabilidade orçamental e da contabilidade patrimonial. As regras de implementação da contabilidade analítica foram apresentadas, nos respetivos planos setoriais, onde vão ser implementadas.

Foram publicados quatro planos setoriais:

- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) – DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro: aplicado às autarquias locais e às entidades equiparadas;
- Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-E) – Portaria nº 794/2000, de 20 de setembro: aplicado aos organismos autónomos que se encontram sob a tutela do Ministério da Educação (não possuem natureza, forma e designação de empresa pública) e aos organismos de direito privado, sem fins lucrativos, onde a sua atividade seja a educação;
- Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) – DL n.º 898/2000, de 28 de setembro: aplicado aos organismos do Ministério da Saúde, aos organismos autónomos que não tenham a designação de empresa pública e aos organismos de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atividade seja a saúde;
- Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS) – DL n.º 12/2002, de 25 de janeiro: aplicado a todas as instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

Os planos setoriais são uma adaptação das regras introduzidas pelo POCP, com algumas singularidades, de forma a ter aplicação no setor em questão.

Em conformidade com a publicação do DL que aprova o POCAL, a sua implementação deveria ter ocorrido “no exercício económico de 2000. Contudo, foi adiada para 2002, em virtude de dificuldades sentidas pelas entidades autárquicas na elaboração do seu inventário e na valorização do seu balanço inicial” (Teixeira *et al*, 2011, p.2).



## 2.1.1 Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Para Vaz (2016), após a aprovação e aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública e o surgimento dos seus resultados (ou falta deles), houve a necessidade de criar um novo sistema contabilístico que respondesse “às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro”. Para tal foi incumbido pelo Governo, à CNC, a criação de um sistema contabilístico que fosse consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) – sistema contabilístico empresarial – e que fosse também ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade Pública, ou seja, as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

“O POCAL surgiu no âmbito de reformar a administração financeira e das contas públicas no setor da administração. Este Plano permite uma integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública capaz de ser um instrumento fundamental de gestão autárquica. Permite todavia o controlo financeiro e de toda a informação relevante e indispensável à execução do orçamento numa vertente de caixa e de compromisso” (Pereira, 2015, p.15).

Este plano setorial emergiu da carência de modernizar as Autarquias Locais.

Segundo Azevedo (2018) que cita Correia *et al* (2011) “até à implementação do POCAL, o sistema de contabilidade dos municípios portugueses assentava no princípio de caixa, apresentando como preocupação primordial o cumprimento da legalidade e o equilíbrio orçamental. Este sistema descurava informações relevantes associadas à situação económica, financeira e patrimonial das contas destas entidades”.

Este plano setorial “visa a qualidade da informação contabilística de forma a auxiliar os órgãos de gestão na tomada de decisões e contribuir para a melhoria da informação divulgada, cumulativamente com o cumprimento de outros requisitos legais” (Ascendo, 2015, p.9).

Para Pinho (2014), o POCAL pretende (...) reforçar, a transparência da situação financeira e patrimonial das autarquias, a utilização pelas autarquias locais e novas técnicas de gestão e também, a transparência das relações financeiras das autarquias.

O POCAL, ao contrário do POCP, tem em consideração o regime simplificado, cuja “receita seja inferior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública” (artigo 2.º, n.º 3 da Lei n.º 162/99). Este regime é considerado para as freguesias de menor dimensão. Sendo que, deste modo, a lei permite que as suas contas sejam apresentadas só através da contabilidade orçamental, não sendo obrigatório a contabilidade financeira.

O POCAL surgiu como uma ferramenta de apoio ao controlo financeiro, através do acompanhamento: da execução do orçamento, de acordo com os princípios e regras

contabilísticas, dos documentos previsionais serem elaborados de forma a fornecer mais e melhor informação, tanto orçamental como financeira e seguirem o princípio da boa gestão de tesouraria.

Existia a necessidade de definir novos procedimentos relacionados com a gestão da informação e com a informação que tinha que ser transmitida. Isto conduziu a uma grande revolução e a uma grande exigência por parte dos recursos humanos: levou a que tivesse que existir uma grande atualização dos conhecimentos dos profissionais dos serviços.

Todavia, a evolução da sociedade e da própria economia, tem mostrado a necessidade de um sistema onde a informação contabilística transmitida seja mais útil para as tomadas de decisão e para um maior rigor e transparência da forma como são gastos os dinheiros públicos, bem como à comparabilidade das contas a nível internacional.

## 2.2 Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

“A importância da informação contabilística na Administração Pública tem vindo a ser reforçada, quer pela exigência de rigor e transparência da gestão dos dinheiros públicos, quer pela responsabilização da sua administração” (Teixeira e Martins, 2018, p.1).

Na sequência do desajuste, falta de comparabilidade e inconsistência e deficiente informação obtida nas Administrações Públicas, consequência da revogação do POC, (a nível nacional) e do afastamento do normativo internacional, aplicado no setor público (as IPSAS), foi publicado, em 2015, o DL n.º 192, de 11 de Setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Para Almeida (2017) “a divergência de normativos contabilísticos e as normas contabilísticas internacionais, já adotadas por alguns países a nível internacional, levaram à introdução do SNC-AP, que revogou o POCP e os demais Planos Setoriais, integrando os subsistemas: Contabilidade Financeira; Contabilidade Orçamental; Contabilidade de Gestão”.

A publicação do SNC-AP tem como objetivo resolver as falhas existentes na contabilidade e, assim, beneficiar as Administrações Públicas de um sistema contabilístico orçamental e financeiro mais produtivo, eficiente, uniformizado e comparável com os sistemas internacionais vigentes.

Com a entrada em vigor do SNC-AP, existe mais uma reforma no sistema contabilístico público, o que “constitui um dos marcos mais importantes da reforma da contabilidade pública nas últimas décadas” (Jorge, 2019, p.7).

No preâmbulo do DL n.º 192/2015, temos que “o SNC-AP permitirá implementar o regime do acréscimo na contabilidade e relatórios financeiros das administrações públicas, articulando-o com a atual base de caixa modificada, estabelecendo os fundamentos de um OE em regime de acréscimo. Ao mesmo tempo, promove a harmonização ao institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, de forma individual e consolidada, para aumentar o alinhamento entre contabilidade pública e contas nacionais e contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores, através de um sistema de informação contabilístico que fornece os relatórios orçamentais e financeiros que as administrações públicas necessitam” (Azevedo, 2018, p.36).

Este novo sistema contabilístico ambiciona uma maior e melhor harmonização das contas públicas e o incremento da qualidade do relato orçamental e financeiro em conformidade com as normas internacionais. Proporciona ainda a aproximação e a uniformização dos procedimentos e pretende aumentar a fiabilidade de consolidação de contas, relativamente ao SNC e ao Sistema de Normalização Contabilística aplicado às Entidades do Sector Não Lucrativo, DL n.º 158/2009, de 13 de julho e DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, respetivamente.

Inicialmente, este normativo foi aplicado às entidades piloto no ano de 2016. Em 2018 era intenção tornar obrigatório a aplicação em toda a Administração Pública, contudo, tal objetivo não foi concretizado. Atualmente, este sistema contabilística ainda não está a ser completamente implementado em toda a Administração Pública, nomeadamente, na administração local.

“O SNC-AP aplica -se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas” (DL n.º 192/2015, artigo 3.º).

A aplicação dos três subsistemas (Contabilidade Orçamental, Contabilidade Financeira e Contabilidade Analítica (agora designado de Contabilidade de Gestão) continua a ter aplicação obrigatória neste novo sistema contabilístico. Os três subsistemas são representados nas vinte e sete Normas de Contabilidade Pública (NCP) presentes no SNC-AP. Deste modo podemos associar as normas, do seguinte modo:

**Quadro 2 - Subsistemas do SNC-AP**

Subsistema	NCP	Plano de Contas	Explicação
Contabilidade Orçamental	26	Classe 0	Registo de todo o processo orçamental: abertura, execução e encerramento do orçamento, tanto da despesa como da receita.
Contabilidade Financeira	1 - 25	Classes 1 – 8	Tem como suporte as IPSAS. Regista as transações que influenciam a posição e o desempenho financeiro, na base do acréscimo, que permite uma verdadeira imagem da situação financeira, tal como a obtenção dos indicadores económicos e financeiros.

<b>Contabilidade de Gestão</b>	27	Classe 9	“Permite avaliar os resultados das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Utiliza a base do acréscimo” (Vaz, 2016, p.21).
--------------------------------	----	----------	--

**Fonte:** Própria

A contabilidade financeira compreende um Plano de Contas Multidimensional (PCM) com as classificações das contas nacionais. Este plano de contas é um instrumento de normalização para que seja possível o processo de comparabilidade de contas a nível nacional e produção do relato financeiro consolidado.

A figura seguinte apresenta a síntese do PCM:

**Figura 1 - Síntese do Plano de Contas Multidimensional**

1 — Meios financeiros líquidos	2 — Contas a receber e a pagar
11 — Caixa	20 — Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados
12 — Depósitos à ordem	21 — Clientes, contribuintes e utentes
13 — Outros depósitos bancários	22 — Fornecedores
14 — Outros Instrumentos financeiros a curto prazo	23 — Pessoal
	24 — Estado e outros entes públicos
	25 — Financiamentos obtidos
	26 — Acionistas/sócios/associados
	27 — Outras contas a receber e a pagar
	28 — Diferimentos
	29 — Provisões
3 — Inventários e ativos biológicos	4 — Investimentos
31 — Compras	41 — Investimentos financeiros
32 — Mercadorias	42 — Propriedades de investimento
33 — Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	43 — Ativos fixos tangíveis
34 — Produtos acabados e intermédios	44 — Ativos intangíveis
35 — Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	45 — Investimentos em curso
36 — Produtos e trabalhos em curso	
37 — Ativos biológicos	
38 — Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos	
39 — Adiantamentos por conta de compras	
5 — Património, reservas e resultados transitados	6 — Gastos
51 — Património/Capital	60 — Transferências e subsídios concedidos
52 — Ações (quotas) próprias	61 — Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
53 — Outros instrumentos de capital próprio	62 — Fornecimentos e serviços externos
54 — Prémios de emissão	63 — Gastos com o pessoal
55 — Reservas	64 — Gastos de depreciação e de amortização
56 — Resultados transitados	65 — Perdas por imparidade
57 — Ajustamentos em ativos financeiros	66 — Perdas por reduções de justo valor
58 — Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	67 — Provisões do período
59 — Outras variações no património líquido	68 — Outros gastos e perdas
	69 — Gastos e perdas de financiamento
7 — Rendimentos	8 — Resultados
70 — Impostos, contribuições e taxas	81 — Resultado líquido do período
71 — Vendas	...
72 — Prestações de serviços e concessões	89 — Dividendos antecipados
73 — Variações nos inventários da produção	
74 — Trabalhos para a própria entidade	
75 — Transferências e subsídios correntes obtidos	
76 — Reversões	
77 — Ganhos por aumentos de justo valor	
78 — Outros rendimentos e ganhos	
79 — Juros, dividendos e outros rendimentos similares	

**Fonte:** DL n.º 192/2015, de 11 de setembro

As vinte e sete normas existentes no SNC- AP são as que se apresentam no quadro seguinte, juntamente com as IPSAS em que foram baseadas:

**Quadro 3 - Normas de Contabilidade Pública e IPSAS**

<b>Normas de Contabilidade Pública</b>	<b>Normas Internacionais</b>
NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	IPSAS 1 e 2
NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas	IPSAS 3
NCP 3 – Ativos Intangíveis	IPSAS 31
NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente	IPSAS 32
NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis	IPSAS 17
NCP 6 – Locações	IPSAS 13
NCP 7 – Custos de Empréstimos Obtidos	IPSAS 5
NCP 8 – Propriedades de Investimentos	IPSAS 16
NCP 9 – Imparidade de Ativos	IPSAS 21 E 26
NCP 10 – Inventários	IPSAS 12
NCP 11 – Agricultura	IPSAS 27
NCP 12 – Contratos de Construção	IPSAS 11
NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação	IPSAS 9
NCP 14 – Rendimento de Transações sem Contraprestação	IPSAS 23
NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	
NCP 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato	IPSAS 14
NCP 18 – Instrumentos Financeiros	IPSAS 15, 28, 29 e 30
NCP 19 – Benefícios dos Empegados	IPSAS 25
NCP 20 – Divulgações de Partes Relacionadas	IPSAS 20
NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas	IPSAS 34
NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	IPSAS 35
NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	IPSAS 36
NCP 24 – Acordos Conjuntos	IPSAS 37
NCP 25 – Relato por Segmentos	IPSAS 18
NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental	*
NCP 27 – Contabilidade de Gestão	*
NCP – PE – Norma para as pequenas entidades	*

**Fonte:** Vaz (2016)

\* Não existem IPSAS correspondentes. Estas NCP's são exclusivas do nosso normativo.

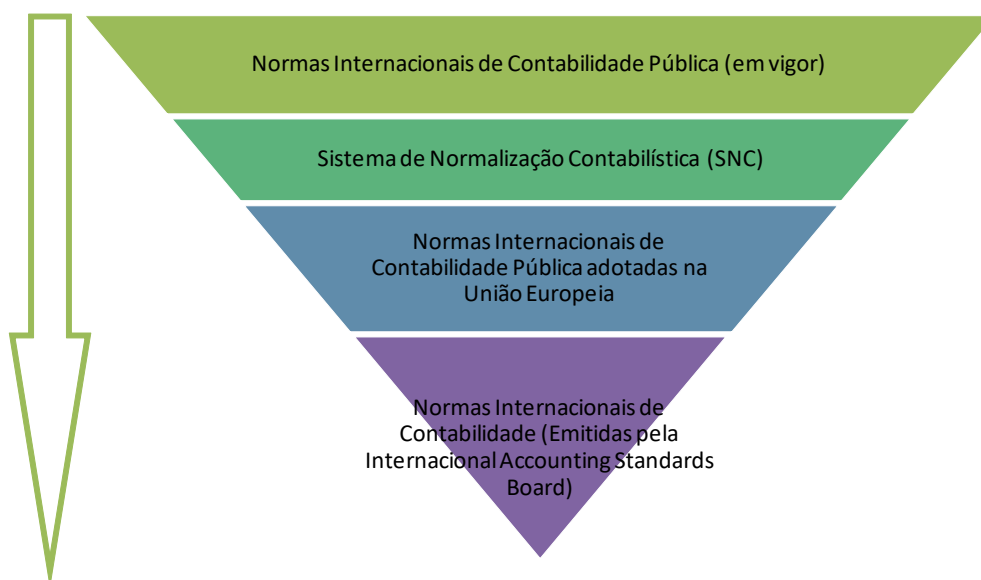
De acordo com o artigo 6.º do DL n.º 192/2015, “o SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;

- d) Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão”.

Quando o SNC-AP for omissivo em relação a algum procedimento contabilístico, transação, evento, atividade ou acontecimento, há que, obrigatoriamente, por ordem sequencial, aplicar o seguinte:

**Figura 2 - Integração de Lacunas - Artigo 13.º do SNC-AP**



**Fonte:** Própria

### 2.2.1 A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental

Como já foi referido, o SNC-AP integra um conjunto de normas onde a norma 26 é dedicada exclusivamente à Contabilidade Orçamental. Esta norma apresenta a definição de vários termos específicos desse subsistema contabilístico e que são fundamentais para o desenvolvimento da contabilidade orçamental. De seguida são apresentados alguns exemplos:

- Alteração orçamental: instrumento de gestão utilizado para adequar o orçamental à execução orçamental do momento. Pode ser modificativa (modifica o valor global do orçamento) ou permutativa (os valores permutam entre rubricas não modificando o valor global do orçamento);
- Cabimento: “corresponde à cativação de determinada dotação visando a realização de uma despesa” (NCP 26 ponto 3 do SNC AP).
- Compromisso: são “as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo” (artigo 3.º da LPCA);
- Dotação inicial: “quantia escriturada em cada rubrica de despesa no orçamento inicialmente aprovado pela entidade competente para pagamento de compromissos e obrigações transitadas de períodos contabilísticos anteriores ou assumidos no período contabilístico corrente. Constitui o limite máximo de recursos financeiros alocados por uma entidade pública a uma dada natureza de despesa, para um dado período contabilístico” (§3 da NCP 26);
- Dotação corrigida: “quantia escriturada em cada rubrica de despesa, no decurso da execução orçamental, abrangendo a dotação inicial e as modificações entretanto ocorridas” (§3 da NCP 26);
- Dotação disponível: Valor existente, em determinado momento, numa dada rubrica da despesa, que permite futuros cabimentos;
- Liquidação: direito que constitui contas a receber e que se espera influxos de caixa futuros.
- Obrigação: dever ou responsabilidade perante uma entidade terceira. Origina contas a pagar.
- “Operações de tesouraria são as que geram influxos ou exfluxos de caixa (movimentam a tesouraria) mas não representam operações de execução orçamental” (§3 da NCP 26);
- Pagamento: ato de pagar pelo bem ou por um serviço;
- Previsão corrigida da receita: “quantia inscrita em cada rubrica de receita no decurso da execução orçamental, abrangendo a previsão inicial e as modificações entretanto ocorridas” (§3 da NCP 26);
- Previsão inicial da receita: “quantia escriturada em cada rubrica de receita no orçamento inicialmente aprovado pelo órgão competente. Constitui os recursos a obter por uma entidade pública relativamente a uma dada natureza de receita, para um dado período contabilístico” (§3 da NCP 26);
- Recebimento: efeito de receber em contrapartida de um bem ou de um serviço;

- Reposição: Valor recebido pela entidade pública por consequência de um pagamento indevido ou em excesso;
- Restituição: Valor que a entidade pública devolve quando esta tenha liquidado algo indevidamente ou em excesso;
- Saldo de gerência: Calculado através da diferença entre as importâncias arrecadadas (Saldo inicial + recebimentos) e os pagamentos efetuados durante o ano económico. Está refletido no mapa de fluxos de caixa – expressa a execução orçamental.

Salienta-se que na contabilidade orçamental, a quando dos registos contabilísticos das contas da despesa e da receita previstas, sempre que nos referimos à receita falamos de “previsão” e se nos referimos à despesa o termo adequado é “dotação”, como se apresenta na figura 2:

**Figura 3 - Termos orçamentais: Receita e Despesa**



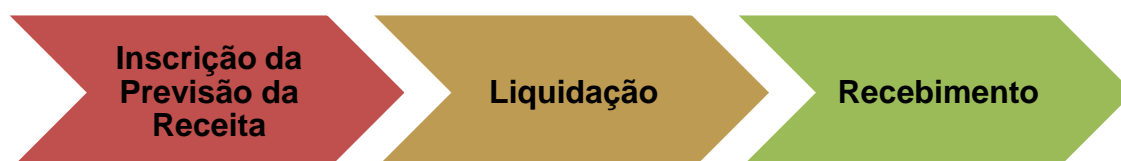
**Fonte:** Própria

Na contabilidade orçamental existem dois ciclos orçamentais: o ciclo orçamental da receita e o ciclo orçamental da despesa:

- Ciclo orçamental da receita

“O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas as receitas previstas em orçamento” (§4 da NCP 26).

**Figura 4 - Ciclo Orçamental da Receita**



**Fonte:** Própria



- Ciclo orçamental da despesa

No que se refere à despesa, o seu ciclo “deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação” (§5 da NCP 26);

**Figura 5 - Ciclo Orçamental da Despesa**



**Fonte:** Própria

Em complemento à figura, reforça-se que: o valor do pagamento não pode exceder o valor da obrigação, o valor desta não pode exceder o valor do compromisso, bem como o valor deste não pode exceder o valor do cabimento e este não pode exceder o valor da inscrição orçamental.

A NCP 26, para que se possam efetuar os registos contabilísticos nela previstos para a contabilidade orçamental, apresenta um plano de contas na classe zero.

### **2.2.2 O Plano de Contas da Contabilidade Orçamental da classe zero e os registos contabilísticos dos ciclos orçamentais**

O plano de contas da contabilidade orçamental é parte integrante do SNC-AP.

As contas deste plano são denominadas, vulgarmente, por contas da classe 0 (zero). Estas contas permitem o registo da abertura do orçamento, das alterações orçamentais, da execução orçamental e do encerramento da contabilidade orçamental.

Na Tabela 1 anunciada as contas da receita relativa ao período corrente (conta 01), de modo a que se possam efetuar os registos contabilísticos previstos para as fases da abertura e execução do orçamento da receita.

**Tabela 1 - Contabilidade Orçamental - Receita do Período Corrente**

<b>01 Receita do Período Corrente</b>	
<b>011</b>	Previsões iniciais
<b>012</b>	Previsões corrigidas
<b>013</b>	Alterações orçamentais
<b>0131</b>	Reforços
<b>0132</b>	Anulações
<b>0133</b>	Créditos especiais
<b>014</b>	Previsões por liquidar
<b>015</b>	Liquidações
<b>0151</b>	Liquidações transitadas
<b>0152</b>	Liquidações emitidas
<b>0153</b>	Liquidações recebidas
<b>0154</b>	Liquidações a transitar
<b>016</b>	Liquidações anuladas
<b>0161</b>	Liquidações transitadas anuladas
<b>0162</b>	Liquidações emitidas anuladas
<b>0163</b>	Previsões por liquidar anuladas
<b>017</b>	Recebimentos
<b>0171</b>	Recebimentos do período
<b>0172</b>	Recebimentos de períodos findos
<b>0173</b>	Recebimentos diferidos
<b>018</b>	Reembolsos e restituições
<b>0181</b>	Reembolsos e restituições emitidos
<b>0182</b>	Reembolsos e restituições pagos

**Fonte:** Própria

As contas apresentadas são utilizadas, relativamente à receita, para o registo da abertura do orçamento e para a execução do mesmo, a figura que se segue é um resumo dos lançamentos a serem efetuados no ciclo orçamental da receita:

**Figura 6 - Registos contabilísticos na Contabilidade Orçamental relativos à Receita**

GENERALIZAÇÃO DOS REGISTOS CONTABILÍSTICOS DA RECEITA						
011 Previsões Iniciais		012 Previsões Corrigidas			014 Previsões por Liquidar	
X1	X2	X5	X1	X3	X2	X6
			X7		X4	X9
					X8	
01311 Reforços em Previsões Corrigidas		01312 Reforços em Previsões por Liquidar			<div><div>X1 e X2 - Abertura do orçamento inicial da receita</div><div>X3- Reforço em Previsões Corrigidas</div><div>X4- Reforço em Previsões por Liquidar</div><div>X5 - Anulação em Previsões Corrigidas</div><div>X6 - Anulação em Previsões por Liquidar</div><div>X7 - Crédito especial em Previsões Corrigidas</div><div>X8 - Credito Especia em Previsões por Liquidar</div><div>X9 - reconhecimento do direito a receber</div><div>X10 - reconhecimento do influxo de caixa</div></div>	
X3			X4			
01321 Anulações em Previsões Corrigidas		01322 Anulações em Previsões por Liquidar				
	X5		X6			
01331 Créditos Especiais Previsões Corrigidas		01332 Créditos Especiais Previsões por Liquidar				
X7			X8			
0152 Liquidações Emitidas		0153 Liquidações Recebidas				
X9			X10			

Os registos contabilísticos X9 e X10 são efetuados simultaneamente na Contabilidade Financeira

**Fonte:** Adaptado de Teixeira e Martins (2018)

No ponto 8.1 – Notas de enquadramento às contas da NCP 26, observamos várias anotações e regras de movimentação das contas da contabilidade orçamental, que apresentamos, sinteticamente de seguida, no que se refere à receita:

A conta 011 – Previsões iniciais: asseguram o conhecimento do orçamento inicial da receita movimentando-se, apenas, no instante da aprovação do orçamento. Esta conta durante a execução do orçamento apresenta saldo nulo.

A conta 012 – Previsões corrigidas: Movimenta-se pelas previsões iniciais no momento da aprovação do orçamento. Também é utilizada para o registo dos reforços, anulações e dos créditos especiais à receita. Conta com saldo nulo ou credor durante a execução.

A conta 0131 – Reforços: Registam os reforços nas previsões corrigidas e nas previsões por liquidar, em contrapartida das contas 012 e 014, respetivamente.

A conta 0132 – Anulações: Registam as anulações nas previsões corrigidas e nas previsões por liquidar, em contrapartida das contas 012 e 014, respetivamente.

A conta 0133 – Créditos especiais: Registam o valor dos créditos especiais nas previsões corrigidas e nas previsões por liquidar, em contrapartida das contas 012 e 014, respetivamente.

A conta 014 – Previsões por liquidar: Assegura as previsões iniciais no momento da aprovação do orçamento. Evidencia o valor das previsões que ainda não foram objeto de liquidação. Também é utilizada para o registo dos reforços, anulações e dos créditos especiais à receita. Conta com saldo nulo ou devedor durante a execução.

A conta 0152 – Liquidações emitidas: Regista o valor do direito a receber. Também poderá ser registado alguma anulação à liquidação anteriormente registada. Esta conta apresenta saldo nulo ou devedor durante a execução.

A conta 0153 – Liquidações recebidas: Movimenta os valores recebidos e eventuais anulações aos valores registados já recebidos. Apresenta saldo nulo ou devedor.

Na tabela 2 é apresentado o desdobramento da conta 02, da despesa do período corrente, de modo a que se possam efetuar os registos contabilísticos previstos para as fases da abertura e execução do orçamento da despesa.

**Tabela 2 - Contabilidade Orçamental - Despesa do Período Corrente**

02 Despesa do Período Corrente	
<b>021</b>	Dotações iniciais
<b>022</b>	Dotações corrigidas
<b>023</b>	Modificações orçamentais
<b>0231</b>	Reforços
<b>0232</b>	Anulações
<b>0233</b>	Créditos especiais
<b>0234</b>	Dotações retidas
<b>024</b>	Dotações disponíveis
<b>025</b>	Cabimentos
<b>0251</b>	Cabimentos registados
<b>0252</b>	Cabimentos com compromisso
<b>026</b>	Compromissos
<b>0261</b>	Compromissos assumidos
<b>0262</b>	Compromissos com obrigação
<b>0263</b>	Compromissos a transitar
<b>027</b>	Obrigações
<b>0271</b>	Obrigações processadas
<b>0272</b>	Obrigações pagas
<b>0273</b>	Obrigações a transitar
<b>028</b>	Pagamentos
<b>0281</b>	Pagamentos do período
<b>0282</b>	Pagamentos de períodos findos
<b>029</b>	Reposições abatidas aos pagamentos (RAP)
<b>0291</b>	RAP emitidas
<b>0292</b>	RAP recebidas

Fonte: Própria

Em conformidade com as contas apresentadas na tabela anterior, apresentamos a seguir uma figura com o resumo dos movimentos contabilísticos da abertura e da execução orçamental da despesa:

**Figura 7 - Registos na Contabilidade Orçamental da Abertura e Execução da Despesa**

GENERALIZAÇÃO DOS REGISTOS CONTABILÍSTICOS DA DESPESA		
<b>021 Dotações Iniciais</b> <div>X2   X1</div>	<b>022 Dotações Corrigidas</b> <div>X1   X5 X3 X7</div>	<b>024 Dotações Disponíveis</b> <div>X6   X2 X9   X4 X11   X8 X10</div>
<b>02311 Reforços em Dotações Corrigidas</b> <div>  X3</div>	<b>02312 Reforços em Dotações Disponíveis</b> <div>X4  </div>	<b>02331 Créditos Especiais Dotações Corrigidas</b> <div>  X7</div>
<b>02321 Anulações em Dotações Corrigidas</b> <div>X5  </div>	<b>02322 Anulações em Dotações Disponíveis</b> <div>  X6</div>	<b>02332 Créditos Especiais Dotações Disponíveis</b> <div>X8  </div>
<b>02341 Cativos</b> <div>  X9</div>	<b>02342 Descativos</b> <div>X10  </div>	<b>0251 Cabimentos Registados</b> <div>  X11</div>
<b>0252 Cabimentos c/ Compromisso</b> <div>X12  </div>	<b>0261 Compromissos Assumidos</b> <div>  X12</div>	<b>0262 Compromissos com Obrigação</b> <div>X13  </div>
<b>0271 Obrigações Processadas</b> <div>  X13</div>	<b>0272 Obrigações Pagas</b> <div>X14  </div>	<b>0281 Pagamentos do Período</b> <div>  X14</div>
<b>X1 e X2 Abertura orçamento inicial da despesa</b> <b>X3 Reforço em Dotações Corrigidas</b> <b>X4 Reforço em Dotações Disponíveis</b> <b>X5 Anulação em Dotações Corrigidas</b>	<b>X6 Anulação em Dotações Disponíveis</b> <b>X7 Crédito especial em Dotações Corrigidas</b> <b>X8 Crédito Especial em Dotações Disponíveis</b> <b>X9 Cativação em Dotações Disponíveis</b>	<b>X10 Descativação em Dotações Disponíveis</b> <b>X11 Registo da autorização de compra</b> <b>X12 Encomenda ao Fornecedor</b> <b>X13 reconhecimento da obrigação de pagar</b> <b>X14 Reconhecimento do exfluxo de caixa</b>

**Fonte:** Teixeira e Martins (2018)

De acordo com o previsto na NCP 26, apresenta-se o resumo da interpretação de algumas contas relativas à despesa:

A conta 021 – Dotações iniciais: assegura o conhecimento do orçamento inicial da despesa movimentando-se, apenas, no instante da aprovação do orçamento. Esta conta durante a execução do orçamento apresenta saldo nulo.

“A conta 022, através do seu saldo devedor, evidencia o orçamento à data da análise, ou seja, o orçamento inicial corrigido de reforços, anulações e créditos especiais” (Teixeira e Martins, 218, p.10). Apresenta saldo nulo ou devedor durante a execução.

A conta 0231 – Reforços: Regista os reforços nas dotações corrigidas e dotações disponíveis, em contrapartida das contas 022 e 024, respetivamente.

A conta 0232 – Anulações: Regista o valor das anulações nas dotações corrigidas e dotações disponíveis, em contrapartida das contas 022 e 024, respetivamente.

A conta 0233 – Créditos especiais: Regista os valores referentes aos créditos especiais nas dotações corrigidas e dotações disponíveis, em contrapartida das contas 022 e 024, respetivamente.

A conta 024 que apresenta saldo credor ou nulo, informa através do seu saldo sobre o valor que está disponível para autorizar novos cabimentos.

“A leitura conjugada das subcontas 0251 e 0252 da conta 025 (cabimentos), permite verificar se todos os cabimentos autorizados, foram encomendados, ou seja, se já são um compromisso. A leitura conjugada das subcontas 0261 e 0262 da conta 026 (compromissos), permite verificar se todos os compromissos, já se transformaram em obrigações. A leitura conjugada das subcontas 0271 e 0272 da conta 027 (obrigações), permite verificar se todas as obrigações já foram pagas” (Teixeira e Martins, 2018, p.11).

A conta 0281 reflete os exfluxos do período.

As tabelas 3 e 4 apresentam as contas a serem movimentadas por conta de registos de períodos futuros.

**Tabela 3 - Contabilidade Orçamental - Receita de Períodos Futuros**

03 Receita de Períodos Futuros	
<b>031</b>	Orçamento
<b>0311</b>	Período (n+1)
<b>0312</b>	Período (n+2)
(...)	
<b>0315</b>	Períodos seguintes
<b>032</b>	Liquidações
<b>0321</b>	Período (n+1)
<b>0322</b>	Período (n+2)
(...)	
<b>0325</b>	Períodos seguintes

Fonte: Própria

**Tabela 4 - Contabilidade Orçamental - Despesa de Períodos Futuros**

04 Despesa de Períodos Futuros	
<b>041</b>	Orçamento
<b>0411</b>	Período (n+1)
<b>0412</b>	Período (n+2)
(...)	
<b>0415</b>	Períodos seguintes
<b>042</b>	Compromissos assumidos
<b>0421</b>	Período (n+1)
<b>0422</b>	Período (n+2)

	(...)
	<b>0425</b> Períodos seguintes
<b>043</b>	Compromissos com obrigação
	<b>0431</b> Período (n+1)
	<b>0432</b> Período (n+2)
	(...)
	<b>0435</b> Períodos seguintes
<b>044</b>	Obrigações
	<b>0441</b> Período (n+1)
	<b>0442</b> Período (n+2)
	(...)
	<b>0445</b> Períodos seguintes

Fonte: Própria

A conta 08 – Encerramento da contabilidade orçamental é utilizada, tal como o nome indica, para encerrar o orçamento e para apurar o desempenho orçamental. No final do ano, a conta do desempenho orçamental apresenta saldo nulo ou devedor (excedente) sempre que a receita efetiva seja superior à despesa efetiva.

O saldo da conta 08 caduca com o final do ano, tal como acontece com o orçamento.

A tabela 5 apresenta as contas utilizadas no encerramento orçamental.

**Tabela 5 - Contabilidade Orçamental - Encerramento do orçamento**

08 Encerramento Contabilidade Orçamental	
<b>081</b>	Encerramento do orçamento
<b>082</b>	Desempenho orçamental
	<b>0821</b> Desempenho orçamental do período
	<b>0822</b> Desempenho orçamental de períodos anteriores

Fonte: Própria

Neste ponto foram apresentados, genericamente, os movimentos previstos para o ciclo orçamental quer da receita quer da despesa, todavia, o orçamento das diferentes administrações públicas é efetuado de tal forma que seja evidenciada cada uma das receitas previstas e cada uma das dotações das despesas orçamentadas. Assim, no ponto seguinte apresentamos o classificador económico da despesa e da receita, que nos permite identificar, por cada código de classificação económica, cada despesa e cada receita.

### 2.2.3 Classificador económico das receitas e das despesas Públicas

O classificador económico foi aprovado pelo DL n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

O âmbito de aplicação é “aos serviços integrados do Estado, aos serviços e fundos autónomos, à segurança social e à administração regional e local” (DL n.º 26/2002, artigo 2.º, n.º 1).

As receitas previstas e as despesas propostas são integradas no orçamento através da utilização da classificação económica que permite verificar a origem da receita e a finalidade da despesa.

O presente DL divide a classificação económica em dois anexos: Classificação económica das receitas públicas (Anexo I) e Classificação económica das despesas públicas (Anexo II). No Anexo III existe as notas explicativas aos classificadores económicos presentes nos Anexo I e II.

### **Classificador económico das receitas públicas**

De acordo com o DL, as receitas repartem-se em dois grupos:

- **Receitas Correntes:** São as que fazem aumentar o ativo financeiro ou fazem diminuir o património não duradouro. A duração da sua cobrança é a mesma do ano financeiro.
- **Receitas de Capital:** As que modificam positivamente o valor do ativo e passivo financeiro ou reduzem o valor do património duradouro.

Na tabela seguinte existe o resumo do classificador económico das receitas públicas.

**Tabela 6 – Resumo do Classificador económico da receita das autarquias locais**

<b>Receitas Correntes</b>	
01	Impostos diretos
02	Impostos indiretos
03	Contribuições
04	Taxas, multas e outras penalidades
05	Rendimentos da propriedade
06	Transferências correntes
07	Venda de bens e serviços correntes
08	Outras receitas correntes
<b>Receitas de Capital</b>	
09	Venda de bens de investimento
10	Transferências de capital
11	Ativos Financeiros
12	Passivos Financeiros
13	Outras receitas de capital
<b>Outras receitas</b>	
15	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>
16	Saldo da gerência anterior
17	Operações extraorçamentais

**Fonte:** Própria



Na tabela supra só são apresentadas as contas por capítulo. Contudo, em conformidade com o DL em causa, as receitas assentam em três níveis principais: Capítulo, grupo e artigo e por isso, cada uma das receitas, deve ser identificada por seis dígitos, da seguinte forma:

**Quadro 4 – Três níveis da Receita**

<b>Xx</b>	<b>xx</b>	<b>xx</b>
Capítulo	Grupo	Artigo

**Fonte:** Própria

Para melhor visualização temos como exemplo a seguinte classificação:

Capítulo: 07 – Venda de bens de Investimento

Grupo: 01 – Venda de bens

Artigo: 02 – Livros e documentação técnica

Sendo que na contabilização ficaria, após a conta da contabilidade orçamental: 07.01.02.

As receitas correntes são divididas em oito capítulos:

- Impostos diretos - Aglomeram os impostos locais estabelecidos na Lei das Finanças Locais;
- Impostos indiretos - Recae sobre a produção, venda ou a compra e a utilização de bens e serviços e podem ser: taxas, licenças, emolumentos ou outras análogas, que são pagas por empresas;
- Contribuições – São as receitas que resultam das contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Assistência na doença aos Servidores do Estado (contribuições retidas diretamente nos vencimentos);
- Taxas, Multas e Outras Penalidades – São as multas, coimas e juros de mora, pagas por particulares – se forem pagas por empresas, são considerados impostos indiretos;
- Rendimentos de propriedade – Rendimentos que advêm dos ativos financeiros;
- Transferências correntes – São as receitas recebidas sem contrapartida, para pagar as despesas de funcionamento da entidade que recebe;
- Venda de bens e serviços correntes – É o valor recebido pela venda de bens duradouros, que não tenham sido considerados como bens de investimento;
- Outras receitas correntes – Rubrica residual que só deve ser usada quando o valor da receita a ser registado, não se encaixe nas rubricas anteriormente descritas;

As receitas de capital são agrupadas por cinco capítulos:

- Venda de bens de investimento – São os valores recebidos pela venda de bens de capital que sejam consideradas de investimento;
- Transferências de Capital – São as receitas sem contrapartida que são elencadas às despesas de investimento;
- Ativos Financeiros – São os valores das vendas ou das amortizações de títulos de crédito: obrigações ou ações;
- Passivos Financeiros – É o produto dos empréstimos contraídos: receita creditícia;
- Outras Receitas de Capital – Receitas que não se ajustam nas rubricas anteriores.

As outras receitas dividem-se em quatro capítulos:

- Recursos próprios comunitários;
- Reposições não abatidas aos pagamentos - Entradas ou influxos de fundos de tesouraria que foram pagos indevidamente ou em excesso, ocorrido em anos anteriores em que ocorreu esse pagamento;
- Saldo da gerência anterior - Constitui receita da entidade no ano seguinte àquele a que respeita;
- Operações extra orçamentais - Operações que não são consideradas como receita orçamental, mas que têm expressão na tesouraria.

### **Classificador económico das despesas públicas**

As despesas desagregam-se da seguinte forma:

- Despesas Correntes: São as que não afetam o património duradouro da entidade: despesa com o funcionamento, como é o caso da aquisição de bens de consumo corrente ou dos serviços;
- Despesas de Capital: São as que contribuem para a formação do capital fixo, ou seja, são as despesas que contribuem para o enriquecimento do património duradouro da entidade;
- Outras despesas.

**Tabela 7 - Resumo do Classificador económico da despesa das autarquias locais**

<b>Despesas Correntes</b>	
01	Despesas com o pessoal
02	Aquisição de bens e serviços
03	Juros e outros encargos
04	Transferências correntes
05	Subsídios
06	Outras despesas correntes
<b>Despesas de Capital</b>	
07	Aquisição de bens de capital
08	Transferências de capital
09	Ativos financeiros
10	Passivos financeiros
11	Outras despesas de capital
<b>Outras despesas</b>	
17	Operações extra orçamentais

**Fonte:** Própria

Na tabela supra só é apresentado as contas por agrupamento. Todavia, tal como as receitas, necessitam de um maior nível de detalhe e por isso, em concordância com o DL em causa, as despesas assentam em três níveis principais: agrupamentos, subagrupamentos e rubricas:

**Quadro 5 - Três níveis da Despesa**

<b>XX</b>	<b>XX</b>	<b>XX</b>
Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica

**Fonte:** Própria

Para melhor visualização temos como exemplo a seguinte classificação:

Agrupamento: 02 – Aquisição de bens e serviços

Subagrupamento: 02 – Aquisição de serviços

Rubrica: 15 – Formação

Sendo que na contabilização ficaria, após a conta da contabilidade orçamental: 02.02.15.

As despesas correntes dividem-se do seguinte modo:

- Despesas com Pessoal - Pagamento de salários, remunerações e abonos dos trabalhadores;
- Aquisição de bens e serviços correntes - Despesas relativas à aquisição de serviços a terceiros;
- Juros e outros encargos - Encargos com juros resultantes da contração de empréstimos;

- Transferências correntes - Prestação de apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar despesas correntes de outras entidades;
- Subsídios – É a verba não reembolsável, atribuída com o objetivo de influenciar os níveis de produção, os preços ou as remunerações dos fatores de produção;
- Outras despesas correntes – Rubrica residual que é utilizada quando a despesa não se enquadre nas classificações anteriores.

As despesas de capital desagrupam-se da seguinte forma:

- Aquisições de bens de capital - Despesas efetuadas com vista ao aumento do capital fixo, onde também se incluem as despesas relativas a melhorias ou modificações que visem o aumento da vida útil ou da produtividade dos equipamentos;
- Transferências de Capital - Registam as importâncias a entregar a outras entidades para financiarem operações de capital, sem contrapartida por parte da entidade;
- Ativos Financeiros – São as despesas referentes à aquisição de títulos de crédito: ações e obrigações;
- Passivos Financeiros – São as amortizações de empréstimos contraídos;
- Outras Despesas de Capital – São as despesas não enquadráveis nas classificações anteriores – rubrica residual.

Outras despesas:

- Operações extraorçamentais - Operações que não sejam consideradas despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria.

Ainda que de forma resumida, no próximo ponto, será abordada a legislação que de algum modo condiciona a forma como pode ser efetuada a execução do orçamento, na medida em que, essa mesma execução, em termos de procedimentos tem de atender aos limites legais da contratação pública.

### 3. Contratação Pública

“Para a execução do orçamento da despesa, é indispensável cumprir uma série de princípios e normas, uma delas prende-se com todas as despesas de aquisição de bens, serviços e empreitadas de obras públicas, terem de cumprir as regras de contratação pública, estabelecidas no Código dos Contratos Públicos” (Teixeira e Martins, 2018, p.11).

O Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado através do DL n.º 8/2008, de 29 de janeiro, vem estabelecer a disciplina aplicável à contratação pública e determina o regime dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo – teve, ao longo dos anos, várias alterações.

O DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, foi a nona alteração ao código supramencionado e transpõe as diretivas da União Europeia (Parlamento Europeu e do Conselho).

O CCP estabelece princípios importantes a serem respeitados na “formação e na execução dos contratos públicos” como são o caso da “legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade e da responsabilidade, bem como os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação” (CCP artigo 1.º-A).

As recentes alterações vieram modificar os limites a respeitar nos procedimentos a adotar.

Na seguinte tabela são apresentados os montantes atuais relativos aos procedimentos mais utilizados na contratação pública.

**Tabela 8 - Procedimentos mais utilizados na Contratação Pública e os seus valores**

	Empreitadas Públicas	Serviços e Bens Móveis
	<i>Valores inferiores a...</i>	
<b>Ajuste Direto Simplificado</b>	10.000,00	5.000,00
<b>Ajuste Direto Geral</b>	30.000,00	20.000,00
<b>Consulta Prévia</b>	150.000,00	75.000,00

Fonte: Própria

Os procedimentos são escolhidos em função do critério do valor de contrato (capítulo II do CCP) ou do critério material (capítulo III do CCP):

- O critério do valor de contrato “é o valor máximo do benefício económico” (artigo 20.º, n.º 1 do CCP). Logo, é através da obtenção destes valores que se vai escolher o tipo de procedimento;

- No critério material, “a escolha do procedimento permite a celebração de contratos de qualquer valor” (artigo 23.º do CCP).

Citando Teixeira e Martins (2018) “todo e qualquer procedimento para aquisição de bens, serviços ou empreitadas de obras públicas, inicia-se, sempre, com a decisão de contratar, pelo órgão competente para autorizar a despesa, que só é autorizada mediante fundamentação, devendo ter-se em conta se existe cabimento orçamental, solicitar, se for o caso, pareceres prévios vinculativos, nos termos legais, verificar se estamos perante uma despesa plurianual”.

Despesa plurianual é quando vai existir pagamento em mais de um ano económico.

No artigo 113.º, n.º 2 do CCP temos que “não podem ser convidadas a apresentar propostas, entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto adotados nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do artigo 19.º e alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas”.

Ou seja, segundo a orientação técnica 1/CCP/2018 “só são contabilizadas as adjudicações resultantes dos ajustes diretos ou das consultas prévias que tiverem sido adotados ao abrigo do critério do valor do contrato, nos termos dos artigos 19º, 20º ou 21º do CCP”.

Continuando na mesma orientação técnica “se determinada empresa tiver sido cocontratante num ou em vários contratos celebrados com a mesma entidade adjudicante, no ano económico em curso e nos dois anos anteriores, na sequência de ajustes diretos adotados ao abrigo do critério do valor do contrato, essa entidade fica impedida de ser convidada para um novo ajuste direto (em função do valor) quando tiver atingido ou ultrapassado o limite de 20.000€, no caso da aquisição de bens e serviços, ou de 30.000€, no caso das empreitadas de obras públicas”.

Por outro lado, “se uma determinada empresa tiver sido cocontratante num ou em vários contratos celebrados com a mesma entidade adjudicante, no ano económico em curso e nos dois anos anteriores, na sequência de consultas prévias adotadas ao abrigo do critério do valor do contrato, essa entidade fica impedida de ser convidada no âmbito de uma nova consulta prévia (em função do valor) quando tiver atingido ou ultrapassado o limite de 75.000€, no caso da aquisição de bens e serviços, ou de 150.000€, no caso das empreitadas de obras públicas” (Orientação técnica n.º1/CCP/2018).

De realçar que não tem o mesmo significado quando nos referimos ao ano económico em curso e nos dois anos anteriores e a três anos económicos.

O procedimento de regime direto simplificado é o procedimento mais ágil: “a adjudicação pode ser feita pelo órgão competente para a decisão de contratar, diretamente, sobre uma fatura ou um documento equivalente apresentado pela entidade convidada” (artigo 128.º, n.º 1 do CCP).

Salienta-se que não se esgotou toda a informação prevista pelo CCP, pretendia-se apenas evidenciar que, a execução do orçamento, da qual se apresentaram os registos contabilísticos previstos na NCP 26, é condicionada pelo CCP em consequência do montante envolvido, ainda que tenha orçamento disponível evidenciado na conta 024.

E é nessa linha que iremos, no ponto seguinte evidenciar que, embora a contabilidade orçamental reflita na conta 024, através do montante evidenciado no seu saldo credor, que há orçamento disponível para se efetuar cabimentos, esse valor disponível possa não se utilizar e efetuar cabimentos, devido à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

## 4. Enquadramento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

A LCPA surge enquadrada numa conjuntura económica difícil, quer a nível nacional quer internacional e por isso, de seguida será efetuado um breve enquadramento.

Em setembro de 2008, nos Estados Unidos da América, ocorreu a falência do Banco de investimentos americano Lehman Brothers. Este acontecimento teve repercussões bastantes negativas nas instituições financeiras a nível mundial: a chamada crise dos subprimes<sup>1</sup>.

A Europa ficou rapidamente dominada pela crise, sendo que, em 2009, a mesma ficou conhecida pela crise das dívidas soberanas<sup>2</sup>.

No ano seguinte, existiu, em maio, o resgate à Grécia e em novembro, à Irlanda. Quanto a Portugal, o resgate foi efetuado em abril de 2011 – numa altura em que se vivia uma acentuada crise económico-financeira no nosso país. O resgate teve a intervenção da Troika: grupo composto pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional.

Esta crise levou a várias teorias sobre a sua origem.

No ano de 2001 existiu a incorporação de novos países na zona euro. Este fator levou, particularmente nos anos de 2009 e 2010, à existência de excesso de liquidez no mercado: taxas de juro baixas e aumento do nível de crédito, logo, a um elevado nível de endividamento das economias, principalmente nas zonas euro mais fracas, sem capacidade de desvalorização da moeda, como são os casos de Portugal, Grécia e Irlanda.

Na sequência, Portugal ficou sujeito a um programa de ajustamentos, conhecido por Memorando de Entendimento. Este programa tinha avaliação de 3 em 3 meses por parte da Troika. Cada meta alcançada, nestas avaliações, era sinónimo de sucesso das medidas definidas no Memorando. Caso contrário, se a avaliação ditasse o não cumprimento de algum objetivo, eram definidas novas medidas adicionais.

“Dada a conjuntura económica e financeira do país e a situação pública insustentável que afeta o sistema financeiro público português (...) houve a necessidade de se proceder com rigor, a ajustamentos profundos no que respeita à despesa pública, tendo surgido a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso” (Carruna, 2016,p.54).

---

<sup>1</sup> Crise derivada pela sucessão de vários créditos imobiliários – bolha imobiliária

<sup>2</sup> Crise da dívida pública da Zona Euro



Marques (2016) é da opinião que “a assunção de despesas suportadas apenas pela existência de cabimento prévio com base na existência de dotação orçamental permitiu, de forma continuada, a realização de despesas muito acima da efetiva capacidade de efetuar os respetivos pagamentos. Este mecanismo, embora assente em pressupostos legais, conduziu a elevados níveis de dívida e ao acumular de pagamentos em atraso responsáveis, em parte, pelo elevado défice da economia portuguesa – é precisamente para estancar este problema que surge a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso”

## 4.1 A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

A LCPA tem o seu âmbito de aplicação nas entidades da Administração Central, abrangendo os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos (entidades públicas reclassificadas e a Segurança Social), o Serviço Nacional de Saúde e todas as entidades da Administração Regional e Administração Local.

Em conformidade com o artigo 2.º, n.º 3 da LCPA, “excluem-se do âmbito de aplicação da presente lei as entidades públicas reclassificadas que não recebam transferências do Orçamento ou do Estado ou serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, cujas receitas próprias não provenham de um direito pelo Estado”.

A presente lei, no seu artigo 3.º, possui, entre outras, as seguintes definições:

“b) «Compromissos plurianuais» compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido;

c) «Passivos» obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos (...). Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (...).”

Em resumo, podemos apresentar os passivos da seguinte forma:

**Figura 8 - Passivos**



**Fonte:** Manual de procedimentos LPCA – Direção Geral do Orçamento

Para o autor Carruma, “o princípio fundamental da LPCA aconselha a que se deve controlar e reduzir os pagamentos em atraso, apontando para que haja a obrigatoriedade de não aumentar os pagamentos em atraso”.

A LPCA está direcionada para a execução da despesa e vocacionada para a fase do compromisso e dos pagamentos considerados em atraso.

Tem que existir especial atenção para os requisitos previstos no artigo 22.º do DL n.º 155/92, de 28 de julho, em que a autorização para a despesa tem que verificar a conformidade legal, a regularidade financeira e a economia, eficiência e eficácia.

Para qualquer início de despesa, terá que existir dotação orçamental para a realização de cabimento prévio.

Para Carruma (2016) “até à entrada em vigor desta lei o foco de controlo na fase da despesa era o pagamento. No entanto, a fim de se garantir um maior rigor na redução dos pagamentos a mais de 90 dias, passou o compromisso a ser o principal foco de controlo”.

Na figura que se segue é mostrado as fases da despesa antes e após a publicação do LPCA:

**Figura 9 - Fases da despesa: Antes da publicação da LPCA**



**Fonte:** Manual de procedimentos LPCA – Direção Geral do Orçamento

**Figura 10 - Fases da despesa: após a publicação da LPCA**



**Fonte:** Manual de procedimentos LPCA – Direção Geral do Orçamento

“Outro preceito que este diploma estabelece e consubstancia para o controlo sistemático da execução da despesa (...) está subjacente na definição dos «fundos disponíveis» (...) e que poderão ser aplicadas para suportar as despesas de curto prazo” (Sardinha, 2014, p.33). Marques (2016) menciona também que “com a LPCA acresce agora uma nova obrigatoriedade – a despesa só pode ser realizada se existirem fundos disponíveis na fase do compromisso, pois só assim se pode garantir a real capacidade da entidade para efetuar o respetivo pagamento *à posteriori*”.

Os fundos disponíveis (FD) são os valores que se encontram disponíveis a curto prazo, que não tenham sido comprometidos ou gastos.

Para o cálculo dos FD é necessário ter em consideração o que está presente na LPCA no artigo 3.º, alínea f):

- “i) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- ii) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos três meses seguintes;
- iii) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada, incluindo a receita de ativos e passivos financeiros, ou recebida como adiantamento;
- iv) A previsão da receita efetiva própria cobrada nos três meses seguintes, incluindo a previsão de receita de ativos e passivo,
- v) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
- vi) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas;
- vii) Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4º”.

Na alínea i) existe a menção a “três meses”, o que quer expressar é o mês do reporte e os dois meses seguintes.

Os FD são calculados no início de cada mês, todos os meses. O valor desse cálculo traduz-se no limite máximo para efetuar novos compromissos.

O cálculo dos fundos disponíveis é um procedimento que deve ser adotado, sistematicamente, de forma a assegurar o cumprimento da regra fundamental da LCPA, ou seja, de não assunção de compromissos que excedam o valor dos fundos disponíveis.

Tanto os dirigentes máximos das entidades, como os gestores ou os responsáveis pela contabilidade têm que ter o máximo controlo e atenção em não assumir compromissos que possam ultrapassar o valor dos FD, de acordo com o artigo 5.º, n.º 1 da LCPA.

Quando o responsável pela autorização dos compromissos viola as regras da sua assunção, responde pessoal e solidariamente pelos danos que essa autorização poderá causar.

Se, por alguma eventualidade, existir necessidade de realizar compromissos que ultrapassem o valor disponível para novos compromissos, a LCPA no seu artigo 4.º, possibilita o aumento temporário dos FD a título excecional.

É importante referir que a “execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso” (LPCA artigo 7.º).

Os pagamentos só podem ser efetuados, quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com o previsto na LPCA e em conformidade com os demais requisitos legais de execução de despesa.

Um dos requisitos legais para efetuar o pagamento é a colocação do número de compromisso na fatura (LPCA artigo 9.º). Este número de compromisso válido e sequencial é fornecido pela entidade ao fornecedor após registo no sistema informático.

#### 4.1.1 Pagamentos em atraso

Os pagamentos em atraso são assim considerados quando se encontram nesta situação “mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes” (DL n.º 127/2012, artigo 4.º, n.º1).

Existem exceções para a consideração de um pagamento em atraso, tais como “os pagamentos objeto de impugnação judicial até que sobre eles seja proferida decisão final e executória, as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e os montantes objeto

de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados” (DL n.º 127/2012, artigo 4.º, n.º 2).

No artigo 7.º da Lei n.º 8/2012 está por definição que “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso”. As entidades que não sejam respeitadoras do disposto anteriormente não podem favorecer, para o cálculo do FD, o disposto na alínea f) do artigo 3.º, da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos 3 meses seguintes.

Quando as entidades a 31 de Dezembro do ano anterior tenham pagamentos que sejam considerados pagamentos em atraso, o artigo 8.º da Lei n.º 8/2012 refere que para o cálculo da “previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes prevista na subalínea iv) da alínea f) do artigo 3.º tem como limite superior 75 /prct. da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com carácter pontual ou extraordinário”. Esta aplicação acaba no momento em que a entidade deixe de ter pagamentos em atraso.

O impedimento previsto anteriormente acaba “no momento em que as entidades (...) retomem o valor dos pagamentos em atraso anterior à violação do disposto no artigo 7.º” (artigo 8.º, n.º 4 da Lei nº 8/2012).

## 5. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é um estudo de caso aplicado numa União de Freguesia, da qual manteremos o anonimato e que evidencia por um lado, os registos contabilísticos efetuados na contabilidade orçamental e na contabilidade financeira, correspondentes ao ciclo da despesa e da receita previstas em orçamento, bem como as condicionantes, restrições e decisões necessárias tomar, pelo cumprimento do previsto na Lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

De acordo com Bernardes (2003), “a freguesia corresponde à divisão administrativa portuguesa de menor dimensão, sendo as mesmas compostas por dois órgãos representativos: a assembleia de freguesia (órgão deliberativo) e a junta de freguesia (órgão executivo) e tem como função, a salvaguarda dos interesses próprios das populações, em articulação com o município”.

Fica “reservado às juntas de freguesia a satisfação de necessidades imediatas”. Gato (2014, p.7) e Maranhão *et al.* (2016, p.4) consideram que, “no sistema administrativo português, as freguesias são consideradas o nível autárquico de base. (...) é a Administração Pública mais próxima do cidadão, aquela que, na primeira linha, resolve os problemas básicos que compete ao Estado, sendo a proximidade com os cidadãos uma das particularidades das freguesias”.

Sobre o poder local, Bilhim, (2004, p.12), refere que apesar de todos os esforços empreendidos para melhorar a vida do poder local, o que se pode verificar é que a carência de recursos próprios e consequente necessidade de financiamentos centrais se têm mantido até aos nossos dias.

Por outro lado, a escassez de recursos e a maior responsabilização sobre a forma como é gerido o dinheiro público, faz com que exista cada vez mais a necessidade de controlo financeiro na gestão pública e é nesse contexto que se tem verificado o acréscimo de importância da informação contabilística na administração pública.

Sobre o Poder Local, mais propriamente, as Juntas de Freguesias é sabido que os órgãos representativos das freguesias são a Junta de Freguesia (representada pelo Executivo) e a Assembleia de Freguesia (artigo 244.º da CRP).

A Junta de Freguesia é o Órgão Executivo da freguesia (artigo 246.º da CRP) e a Assembleia de Freguesia é o Órgão Deliberativo da mesma (artigo 245.º CRP).

As freguesias viram as suas competências próprias a serem reforçadas através da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.

O nome adotado para a Junta, neste estudo de caso, é União de Freguesias CC, que derivou da agregação de duas freguesias por força da aplicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

A justificação do estudo de caso ser efetuado numa junta de freguesia, é baseada em dois factos, no início da Dissertação estava a trabalhar na junta, o que me permitia aceder facilmente aos

factos que serão apresentados e por outro, a junta de freguesia aplicava o POCAL e era obrigada a cumprir a Lei de compromissos e pagamentos em atraso.

A motivação do Estudo deve-se às dúvidas/dificuldades trazidas pela aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. A sua aplicação continua a suscitar algumas dúvidas relativamente à sua redação, existindo ainda algumas questões na sua aplicação.

Neste estudo, o procedimento técnico adotado foi de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de estudo de caso. Vilelas (2009), refere que os estudos bibliográficos são elaborados a partir de material já publicado, tal como, livros e artigos de natureza científica. Para Gil (2010), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, com livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Quanto ao estudo de caso, Ventura (2007), afirma que representa uma investigação empírica que compreende um método abrangente de recolha e análise de dados e pode incluir um estudo de caso único ou múltiplo, assim como ter uma abordagem quantitativa e ou qualitativa de pesquisa. Ou seja, um estudo de caso é um estudo de natureza empírica que investiga, um contexto real. O Estudo de caso apresenta uma limitação relevante, que é o de não poder generalizar os resultados obtidos, mas por outro, tem também uma grande vantagem, permite conhecer detalhadamente a realidade em estudo.

Este estudo de caso tem como finalidade ser um documento de apoio para a aplicação da LPCA. Tem como objetivo dar a conhecer as opções que se encontram presentes na Lei e como aplicá-las para quando uma entidade tiver necessidade de efetuar despesa e não tiver valor nos fundos disponíveis.

Neste estudo de caso, atualmente, esta União de Freguesias aplica o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública e é considerada uma – microentidade.

Em conformidade com o artigo 4.º da Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, as entidades que apliquem o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e que nas duas últimas prestações de contas pagaram um valor inferior ou igual a 1.000.000,00 € são designadas como microentidades.

As microentidades aplicam o regime simplificado. Este regime, tal como o próprio nome indica, é um regime simples e é composto pela “a) Norma de Contabilidade Pública 26 — Contabilidade e Relato Orçamental, a qual integra o Anexo II referido no artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro; b) Divulgação do inventário do património” (Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, artigo 6.º), deste modo, está dispensada de utilizar a contabilidade financeira. Contudo, é opção desta entidade o seu uso.

Este estudo consiste em mostrar como a aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso pode condicionar a execução da despesa através dos valores calculados para os fundos disponíveis.

Como qualquer início de ano económico, a entidade terá um orçamento aprovado, pela Assembleia de Freguesia, onde as receitas e as despesas encontram-se em equilíbrio. Será apresentada a distribuição por meses pelas várias rubricas.

No início, será apresentado um exemplo de abertura do orçamento, tanto da receita como da despesa do orçamento.

Através da apresentação de registos contabilísticos, tanto na contabilidade orçamental como na contabilidade financeira, do recebimento de receita e da execução de despesa nesta União de Freguesias, vai ser possível evidenciar como a utilização da despesa em excesso, pode afetar o valor disponível para os fundos disponíveis.

Por fim, para colmatar a falta de fundos disponíveis vão ser apresentadas opções para o aumento dos mesmos, tais como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso prevê.



## 6. Estudo de Caso Aplicado

### 6.1 Orçamento do ano N+1

A União de Freguesias CC, para a elaboração do orçamento do ano de N+1, tem que considerar vários pressupostos, os quais são apresentados a seguir:

- ✓ As transferências por conta do Orçamento de Estado (OE) totalizam o valor de 870.000,00 €. Este valor é pago à Freguesia através de transferência bancária, em duodécimos, no valor de 72.500,00 €.
  - A previsão anual de receita própria é de 80.000,00 €. Sendo que no quadro seguinte podemos observar a distribuição da previsão da receita própria, por meses, ao longo do ano. Esta informação é importante para os cálculos dos fundos disponíveis.

**Tabela 9 - Distribuição da previsão da receita própria ao longo do ano de N+1**

Mês	Valor €
Janeiro	6 000,00
Fevereiro	3 200,00
Março	6 800,00
Abril	7 200,00
Maio	6 600,00
Junho	9 900,00
Julho	7 100,00
Agosto	8 300,00
Setembro	7 000,00
Outubro	6 500,00
Novembro	6 000,00
Dezembro	5 400,00
<b>TOTAL</b>	<b>80.000,00</b>

Fonte: Própria

A tabela 9, com a distribuição da previsão da receita própria, vai ser um instrumento de apoio para elaborar o mapa dos fundos disponíveis, todos os meses.

Do ano N, não transitaram compromissos nem existem pagamentos em atraso.

Após a aprovação do orçamento, em reunião de executivo e, posteriormente, em Assembleia de Freguesia, em dezembro de N, procedeu-se à abertura do mesmo no dia 1 de janeiro de N+1 (em sistema informático), sendo que efetivamente, a abertura foi a 2 de janeiro de N+1.

A receita aprovada em orçamento está distribuída pelas seguintes classificações económicas:

**Tabela 10 - Orçamento aprovado: distribuição da receita por classificação económica**

Classificação Económica	Descrição	Valor €
04.02.04	Multas e outras penalidades	40.000,00
06.03.05.01	Transferências correntes - Por conta do Orçamento de Estado	870.000,00
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamento	30.000,00
07.03.02	Renda de edifícios	10.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>950.000,00</b>

Fonte: Própria

As classificações económicas (CE) presentes na tabela 10 são classificações que contêm os três níveis da receita (capítulo, grupo e artigo), com exceção da CE 06.03.05.01 que foi opção colocar o "01" para distinguir e registar todas as receitas provenientes das transferências por conta do Orçamento de Estado.

A despesa aprovada em orçamento encontra-se distribuída pelas seguintes CE:

**Tabela 11 - Orçamento aprovado: distribuição da despesa por classificação económica**

Classificação Económica	Descrição	Valor €
01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	660.000,00
01.01.13	Subsídio de refeição	85.000,00
01.03.05	Contribuições para a Segurança Social	90.000,00
02.02.02	Aquisição de Serviços - Limpeza	30.000,00
07.01.07	Aquisição de bens Capital: Investimento. - Eq. Informático	85.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>950.000,00</b>

Fonte: Própria

### 6.1.1 Abertura do orçamento da receita e da despesa

Um exemplo de abertura do orçamento da receita em relação às transferências por conta do Orçamento de Estado segue no quadro seguinte:

**Quadro 6 - Abertura Orçamento Receita - Transferências por conta do Orçamento de Estado**

Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
<b>Abertura Orçamento Receita</b>	Previsões iniciais	011	06.03.01.05	870 000,00	
	Previsões Corrigidas	012	06.03.01.05		870 000,00
	Previsões por liquidar	014	06.03.01.05	870 000,00	
	Previsões iniciais	011	06.03.01.05		870 000,00

Fonte: Própria

Após análise ao quadro, concluímos que a conta 011 – Previsões iniciais fica com saldo nulo. Ficando a conta 012 – Previsões corrigidas e a conta 014 – Previsões por liquidar com saldo credor e devedor, respetivamente, pelo valor previsto em orçamento.

No quadro seguinte será apresentado o exemplo referente à abertura do orçamento da despesa. Considerando-se que, no orçamento aprovado, estavam 30.000,00 € afetos à rubrica de despesa de aquisição de serviços de limpeza:

**Quadro 7 - Abertura Orçamento Despesa - Aquisição de Serviços de Limpeza**

Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
<b>Abertura Orçamento Despesa</b>	Dotações Corrigidas	022	02.02.02	30 000,00	
	Dotações iniciais	021	02.02.02		30 000,00
	Dotações iniciais	021	02.02.02	30 000,00	
	Dotações disponíveis	024	02.02.02		30 000,00

Fonte: Própria

Verificamos que a conta 021 – Dotações iniciais fica com saldo nulo na abertura do orçamento. Enquanto as contas 022 – Dotações corrigidas e a conta 024 – Dotações disponíveis ficam com saldo devedor e credor, respetivamente, pelo valor previsto em orçamento.

Após proceder ao registo da abertura do orçamento da receita e da despesa em todas as rubricas previstas em orçamento, é apresentado o balancete inicial da receita e o balancete inicial da despesa.

### Quadro 8 - Balancete inicial de abertura do orçamento - Contabilidade Orçamental

Conta	Descrição	Movimentos Débito	Movimentos Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
<b>011</b>	<b>Previsões Iniciais</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	-	-
011.04.02.04	Previsões Iniciais Multas e outras penalidades	40 000,00	40 000,00	-	-
011.06.03.01.05	Previsões Iniciais Transferências correntes - Por Conta do OE	870 000,00	870 000,00	-	-
011.07.02.01	Previsões Iniciais Aluguer de espaços e equipamento	30 000,00	30 000,00	-	-
011.07.03.02	Previsões Iniciais Renda de edifícios	10 000,00	10 000,00	-	-
<b>012</b>	<b>Previsões Corrigidas</b>	-	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>
012.04.02.04	Previsões Corrigidas Multas e outras penalidades	-	40 000,00	-	40 000,00
012.06.03.01.05	Previsões Corrigidas Transferências correntes - Por Conta do OE	-	870 000,00	-	870 000,00
012.07.02.01	Previsões Corrigidas Aluguer de espaços e equipamento	-	30 000,00	-	30 000,00
012.07.03.02	Previsões Corrigidas Renda de edifícios	-	10 000,00	-	10 000,00
<b>014</b>	<b>Previsões por Liquidar</b>	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>	-
014.04.02.04	Previsões por Liquidar Multas e outras penalidades	40 000,00	-	40 000,00	-
014.06.03.01.05	Previsões por Liquidar Transferências correntes - Por Conta do OE	870 000,00	-	870 000,00	-
014.07.02.01	Previsões por Liquidar Aluguer de espaços e equipamento	30 000,00	-	30 000,00	-
014.07.03.02	Previsões por Liquidar Renda de edifícios	10 000,00	-	10 000,00	-
<b>Totais</b>		<b>1 900 000,00</b>	<b>1 900 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>
<b>021</b>	<b>Dotação Iniciais</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	-	-
021.01.01.03	Dotações Iniciais Pessoal dos quadros-Regime de função pública	615 000,00	615 000,00	-	-
021.01.01.13	Dotação Iniciais Subsídio de refeição	65 000,00	65 000,00	-	-
021.01.03.05	Dotação Iniciais Contribuições para a Seg. Social	70 000,00	70 000,00	-	-
021.02.02.02	Dotação Iniciais Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	30 000,00	-	-
021.07.01.07	Dotação Iniciais Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	75 000,00	75 000,00	-	-
021.07.01.09	Dotação Iniciais Equipamento Administrativo	95 000,00	95 000,00	-	-
<b>022</b>	<b>Dotação Corrigidas</b>	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>	-
022.01.01.03	Dotação Corrigidas Pessoal dos quadros-Regime de função pública	615 000,00	-	615 000,00	-
022.01.01.13	Dotação Corrigidas Subsídio de refeição	65 000,00	-	65 000,00	-
022.01.03.05	Dotação Corrigidas Contribuições para a Seg. Social	70 000,00	-	70 000,00	-
022.02.02.02	Dotação Corrigidas Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	-	30 000,00	-
022.07.01.07	Dotação Corrigidas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	75 000,00	-	75 000,00	-
022.07.01.09	Dotação Corrigidas Equipamento Administrativo	95 000,00	-	95 000,00	-
<b>024</b>	<b>Dotação Disponível</b>	-	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>
024.01.01.03	Dotação Disponível Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	615 000,00	-	615 000,00
024.01.01.13	Dotação Disponível Subsídio de refeição	-	65 000,00	-	65 000,00
024.01.03.05	Dotação Disponível Contribuições para a Seg. Social	-	70 000,00	-	70 000,00
024.02.02.02	Dotação Disponível Aquisição de Serviços - Limpeza	-	30 000,00	-	30 000,00
024.07.01.07	Dotação Disponível Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	75 000,00	-	75 000,00
024.07.01.09	Dotação Disponível Equipamento Administrativo	-	95 000,00	-	95 000,00
<b>Totais</b>		<b>1 900 000,00</b>	<b>1 900 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>

Fonte: Própria

Após a abertura do orçamento da receita e da despesa em todas as rubricas previstas no orçamento aprovado, há que calcular os FD logo desde o primeiro mês: janeiro de N+1.

Caso esta Junta tivesse transitado o ano com compromissos e pagamentos em atraso, estes teriam impacto no cálculo dos FD.

De referir que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nesta junta, é suportado. Ou seja, o valor do IVA é considerado e somado aos respetivos valores base.

### 6.1.2 janeiro N+1 – Cálculo dos Fundos Disponíveis e execução do orçamento

A tabela que se segue mostra os elementos que entram para os cálculos dos FD.

Tabela 12 – Mapa de Fundos Disponíveis janeiro N+1

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	217 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento				
Previsão da receita efetiva própria	6 000,00	3 200,00	6 800,00	16 000,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei				
Transferências do QREN ainda não efetuadas				
<i>Correções por recebimento efetivo</i>				
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º				
De receitas gerais				
De receitas próprias				
De empréstimos				
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros				
<i>Correções de receitas gerais</i>				
<i>Correções de receitas próprias</i>				
<i>Correções de empréstimos</i>				
<b>Subtotal</b>	78 500,00	75 700,00	79 300,00	233 500,00
Compromissos assumidos				
<b>Pagamentos</b>				
Compromissos assumidos por pagar				
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>	<b>233 500,00</b>			

Fonte: Própria

Como o cálculo dos FD da tabela 12 é para o mês de janeiro, o cálculo para os três meses será o mês de reporte e os dois meses seguintes (janeiro, fevereiro e março).

Foram utilizados os seguintes valores:

- 72.500,00 € (duodécimo da transferência por conta do Orçamento de Estado – este valor vai ser sempre constante no ano económico N+1);
- 6.000,00 € + 3.200,00 € + 6.800,00 € (estes valores são a estimativa que a autarquia prevê que irá receber em janeiro, fevereiro e março de N+1);

Como não existem compromissos assumidos, o valor dos Fundos Disponíveis é igual ao valor do subtotal dos 3 meses (janeiro, fevereiro e março): 233.500,00 €. Ou seja, valor até ao qual podemos assumir compromissos no mês de janeiro.

De seguida apresentam-se os lançamentos contabilísticos da execução do mês em questão.

Durante o mês de janeiro, as operações que deram origem à execução do orçamento, foram as seguintes:

Dia 2 – Elaboração de cabimento da aquisição de serviços, durante 12 meses, de limpeza no valor total de 30.000,00 €, após lançamento de procedimento por consulta prévia, com convite a três entidades.

#### Quadro 9 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Cabimento

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Cabimento	Dotações disponíveis	024	02.02.02	30 000,00
	Cabimentos registados	0251	02.02.02	30 000,00

Fonte: Própria

Dia 3 – Após a aprovação do procedimento da aquisição de serviços de limpeza, pelo executivo, procedeu-se ao registo do compromisso pelo valor total do cabimento e respetivo envio à entidade para colocação, mensalmente, na fatura.

#### Quadro 10 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Compromisso

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Compromisso	Cabimentos com compromisso	0252	02.02.02	30 000,00
	Compromissos assumidos	0261	02.02.02	30 000,00

Fonte: Própria

Dia 4 – Recebimento na conta bancária, da autarquia, do duodécimo da transferência do Orçamento de Estado.

#### Quadro 11 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Liquidação e Recebimento

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Liquidação	Liquidações emitidas	0152	06.03.01.05	72 500,00
	Previsão por liquidar	014	06.03.01.05	72 500,00
Recebimento	Recebimentos do período	0171	06.03.01.05	72 500,00
	Liquidações recebidas	0153	06.03.01.05	72 500,00

Fonte: Própria

O movimento da liquidação e do recebimento é efetuado ao mesmo tempo. Não se procedeu ao registo da liquidação antecipadamente porque é uma decisão do responsável pelo Departamento de Contabilidade proceder desta forma, para os valores mensais fixos do Orçamento de Estado.

De seguida, existe o registo contabilístico na contabilidade financeira, relativo ao influxo de 72.500,00 euros recebidos por transferência bancária, evidenciando-se o rendimento.

### Quadro 12 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Recebimento

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Recebimento	Devedores por transferências	20.1	72.500,00	
	Transferências correntes	75.1		72.500,00
	Banco XXX	12.1	72.500,00	
	Devedores por transferências	20.1		72.500,00

Fonte: Própria

Dia 15 – Foi decidida a aquisição de computadores para renovação dos equipamentos em todos os serviços da Junta, inclusive para a universidade sénior e para as escolas primárias. Estes equipamentos têm um valor total de 60.000,00 €. O procedimento foi lançado por consulta prévia. Dando cumprimento ao previsto para execução orçamental de uma despesa, vamos efetuar o respetivo registo contabilístico do cabimento, após ter-se verificado que tinha dotação disponível (conta 024).

### Quadro 13 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Cabimento

Contabilidade Orçamental					
Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
Cabimento	Dotações disponíveis	024	07.01.07	60.000,00	
	Cabimentos registados	0251	07.01.07		60.000,00

Fonte: Própria

Dia 16 – Registo do compromisso para a aquisição dos computadores, depois da aprovação do procedimento para esta aquisição e envio da encomenda ao fornecedor.

### Quadro 14 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Compromisso

Contabilidade Orçamental					
Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
Compromisso	Cabimentos com compromisso	0252	07.01.07	60.000,00	
	Compromissos assumidos	0261	07.01.07		60.000,00

Fonte: Própria

Dia 20 – Receção da fatura relativa à aquisição dos computadores. A fatura foi verificada e validada. Estava em conformidade com a adjudicação. Assim, é necessário evidenciar que os compromissos assumidos já são compromissos com obrigação e por isso, para além de se efetuar um registo contabilístico na contabilidade orçamental, é também necessário evidenciar na contabilidade financeira, a respetiva obrigação.

#### Quadro 15 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Obrigação

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Obrigação	Compromissos com obrigação	0262	07.01.07	60.000,00
	Obrigações processadas	0271	07.01.07	60.000,00

Fonte: Própria

#### Quadro 16 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Fatura

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Fatura	Ativo Fixo Tangível - Equipamento Administrativo – Equipamento Informático	43.5.1.1	60.000,00	
	Fornecedores de investimento - Contas Gerais	27.1.1		60.000,00

Fonte: Própria

O registo da fatura é efetuado em simultâneo, na contabilidade orçamental e na contabilidade financeira.

Dia 21 – Durante o mês corrente um lojista foi multado por irregularidades na colocação dos painéis publicitários. Isso representa uma receita por contraordenações. A multa foi no valor de 5.600,00 €.

#### Quadro 17 -Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Liquidação

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Liquidação	Liquidações emitidas	0152	04.02.04	5.600,00
	Previsão por liquidar	014	04.02.04	5.600,00

Fonte: Própria

#### Quadro 18 -Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Valor a receber

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
A receber	Utentes - Multas e outras penalidades	21.4.2	5.600,00	
	Multas	70.4.4.9		5.600,00

Fonte: Própria

Neste momento só se regista o valor que a entidade tem a receber.

Foi emitida a fatura pelo valor da multa, mas o lojista ainda não procedeu ao respetivo pagamento.



Dia 22 – Recebimento, por transferência bancária, do valor da multa pela contraordenação.

#### Quadro 19 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Recebimento

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Recebimento	Recebimentos do período	0171	04.02.04	5.600,00
	Liquidações recebidas	0153	04.02.04	5.600,00

Fonte: Própria

#### Quadro 20 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Recebimento

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Recebimento	Banco XXX	12.1	5.600,00	
	Utentes - Multas e outras penalidades	21.4.2		5.600,00

Fonte: Própria

Dia 23 – Pagamento no valor de 5.000,00 € da fatura referente aos computadores. O acordado com o fornecedor é o pagamento faseado pelos 12 meses do ano para não subcarregar os valores monetários disponíveis mensalmente. Logo, será 5.000,00 € por mês.

Dando cumprimentos ao previsto no SNC-AP, apresentam-se de seguida, os registos contabilísticos relativos à contabilidade orçamental e à contabilidade financeira.

#### Quadro 21 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Pagamento	Obrigações Pagas	0272	07.01.07	5.000,00
	Pagamentos do período	0281	07.01.07	5.000,00

Fonte: Própria

#### Quadro 22 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Pagamento	Fornecedores de investimento - Contas Gerais	27.1.1	5.000,00	
	Banco XXX	12.1		5.000,00

Fonte: Própria

Dia 24 – Após o processamento e fecho dos vencimentos, relativos ao mês de janeiro, procedeu-se ao seu cabimento, compromisso e obrigação.

Os vencimentos são considerados despesas fixas e permanentes que se realizam ao longo do ano civil. Contudo, são despesas de montante não determinado.

Como, normalmente, os vencimentos são valores significativos, pode-se optar pelo registo, em simultâneo do cabimento, compromisso e obrigação, no momento do processamento e no respetivo mês. Este procedimento é o mais desejável.

Caso a entidade procedesse ao registo do compromisso para mais de um mês, isso iria diminuir o valor dos fundos disponíveis.

Os valores para os vencimentos deste mês são os seguintes:

- Vencimento base = 53.141,74 €
- Subsídio de refeição = 7.312,41
- Segurança Social (parte da entidade – 23,75 %) = 12.621,16 €
  - Total = 73.075,31 €

Neste caso prático, não vão ser considerados as retenções/descontos efetuados aos vencimentos, nem os respetivos pagamentos.

De seguida apresentam-se os registos contabilísticos dos valores referentes aos vencimentos:

- Vencimento base

**Quadro 23 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Processamento dos valores dos vencimentos base -> Cabimento, Compromisso e Obrigação**

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Cabimento	Dotações disponíveis	024	01.01.03	53 141,74
	Cabimentos registados	0251	01.01.03	53 141,74
Compromisso	Cabimentos com compromisso	0252	01.01.03	53 141,74
	Compromissos assumidos	0261	01.01.03	53 141,74
Obrigação	Compromissos com obrigação	0262	01.01.03	53 141,74
	Obrigações processadas	0271	01.01.03	53 141,74

Fonte: Própria

**Quadro 24 – Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Processamento dos valores dos vencimentos base -> Obrigação pelo pagamento**

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Obrigação pelo pagamento	Remuneração Base - Pessoal	63.2.1.1	53 141,74	
	Remunerações a pagar ao pessoal	23.1.2		53 141,74

Fonte: Própria

- Subsídio de refeição

**Quadro 25 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Processamento dos valores do Subsídio de Refeição -> Cabimento, Compromisso e Obrigação**

Contabilidade Orçamental					
Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
Cabimento	Dotações disponíveis	024	01.01.13	7 312,41	
	Cabimentos registados	0251	01.01.13		7 312,41
Compromisso	Cabimentos com compromisso	0252	01.01.13	7 312,41	
	Compromissos assumidos	0261	01.01.13		7 312,41
Obrigação	Compromissos com obrigação	0262	01.01.13	7 312,41	
	Obrigações processadas	0271	01.01.13		7 312,41

Fonte: Própria

**Quadro 26 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Processamento dos valores do Subsídio de Refeição -> Obrigação pelo pagamento**

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Obrigação pelo pagamento	Subsídio de refeição	63.2.1.5	7 312,41	
	Remunerações a pagar ao pessoal	23.1.2		7 312,41

Fonte: Própria

- Segurança Social (parte da entidade).

**Quadro 27 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Processamento dos valores da Segurança Social (parte da entidade) -> Cabimento, Compromisso**

Contabilidade Orçamental					
Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
Cabimento	Dotações disponíveis	024	01.03.05	12 621,16	
	Cabimentos registados	0251	01.03.05		12 621,16
Compromisso	Cabimentos com compromisso	0252	01.03.05	12 621,16	
	Compromissos assumidos	0261	01.03.05		12 621,16

<b>Obrigações</b>	Compromissos com obrigação	0262	01.03.05	12 621,16
	Obrigações processadas	0271	01.03.05	12 621,16

Fonte: Própria

**Quadro 28 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Processamento dos valores da Segurança Social (parte da entidade) -> Obrigação**

<b>Contabilidade Financeira</b>				
<b>Fase</b>		<b>Conta</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>
<b>Obrigações</b>	Sistemas de Proteção Social - Segurança Social	63.5.1.1	12 621,16	
	Contribuições - Sistemas de Proteção Social - Parte patronal	24.5.1.2.1		12 621,16

Fonte: Própria

Dia 25 – Pagamento dos vencimentos e da Segurança Social (parte patronal).

Reforço, que neste caso pratico não foi considerado as retenções/descontos da parte do trabalhador.

**Quadro 29 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento**

Contabilidade Orçamental					
Fase		Conta	Rubrica	Débito	Crédito
Pagamento Vencimento base + Subsídio de Refeição e Segurança Social (parte entidade)	Obrigações Pagas	0272	01.01.04	53 141,74	
	Pagamentos do período	0281	01.01.04		53 141,74
	Obrigações Pagas	0272	01.01.13	7 312,41	
	Pagamentos do período	0281	01.01.13		7 312,41
	Obrigações Pagas	0272	01.03.05	12 621,16	
	Pagamentos do período	0281	01.03.05		12 621,16

Fonte: Própria

**Quadro 30 Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento**

<b>Contabilidade Financeira</b>				
<b>Fase</b>		<b>Conta</b>	<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>
<b>Pagamento</b>	Remunerações a pagar ao pessoal - Vencimento base	23.1.2	53 141,74	
	Remunerações a pagar ao pessoal - Subsídio de refeição	23.1.2	7 312,41	
	Contribuições - Sistemas de Proteção Social - Parte patronal	24.5.1.2.1	12 621,16	
	Banco XXX	12.1		73 075,31

Fonte: Própria

No final deste mês foram elaborados os balancetes, tanto o balancete da contabilidade orçamental como o balancete da contabilidade financeira.

O balancete da contabilidade orçamental tem a seguinte apresentação:

### Quadro 31 - Balancete final de janeiro - Contabilidade Orçamental

Conta	Descrição	Movimentos Débito	Movimentos Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
<b>011</b>	<b>Previsões Iniciais</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	-	-
011.04.02.04	Previsões Iniciais Multas e outras penalidades	40 000,00	40 000,00	-	-
011.06.03.01.05	Previsões Iniciais Transferências correntes - Por Conta do OE	870 000,00	870 000,00	-	-
011.07.02.01	Previsões Iniciais Aluguer de espaços e equipamento	30 000,00	30 000,00	-	-
011.07.03.02	Previsões Iniciais Renda de edifícios	10 000,00	10 000,00	-	-
<b>012</b>	<b>Previsões Corrigidas</b>	-	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>
012.04.02.04	Previsões Corrigidas Multas e outras penalidades	-	40 000,00	-	40 000,00
012.06.03.01.05	Previsões Corrigidas Transferências correntes - Por Conta do OE	-	870 000,00	-	870 000,00
012.07.02.01	Previsões Corrigidas Aluguer de espaços e equipamento	-	30 000,00	-	30 000,00
012.07.03.02	Previsões Corrigidas Renda de edifícios	-	10 000,00	-	10 000,00
<b>014</b>	<b>Previsões por Liquidar</b>	<b>950 000,00</b>	<b>78 100,00</b>	<b>871 900,00</b>	-
014.04.02.04	Previsões por Liquidar Multas e outras penalidades	40 000,00	5 600,00	34 400,00	-
014.06.03.01.05	Previsões por Liquidar Transferências correntes - Por Conta do OE	870 000,00	72 500,00	797 500,00	-
014.07.02.01	Previsões por Liquidar Aluguer de espaços e equipamento	30 000,00	-	30 000,00	-
014.07.03.02	Previsões por Liquidar Renda de edifícios	10 000,00	-	10 000,00	-
<b>015</b>	<b>Liquidações</b>	<b>78 100,00</b>	<b>78 100,00</b>	<b>78 100,00</b>	<b>78 100,00</b>
015.04.02.04	Liquidações Emitidas Multas e outras penalidades	5 600,00	-	5 600,00	-
015.06.03.01.05	Liquidações Emitidas Transferências correntes - Por Conta do OE	72 500,00	-	72 500,00	-
015.06.03.01.05	Liquidações Recebidas Transferências correntes - Por Conta do OE	-	72 500,00	-	72 500,00
015.04.02.04	Liquidações Recebidas Multas e outras penalidades	-	5 600,00	-	5 600,00
<b>017</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>78 100,00</b>	-	<b>78 100,00</b>	-
017.06.03.01.05	Recebimentos do Período Transferências correntes - Por Conta do OE	72 500,00	-	72 500,00	-
017.04.02.04	Recebimentos do Período Multas e outras penalidades	5 600,00	-	5 600,00	-
<b>021</b>	<b>Dotação Iniciais</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	-	-
021.01.01.03	Dotações Iniciais Pessoal dos quadros-Regime de função pública	615 000,00	615 000,00	-	-
021.01.01.13	Dotação Iniciais Subsídio de refeição	65 000,00	65 000,00	-	-
021.01.03.05	Dotação Iniciais Contribuições para a Seg. Social	70 000,00	70 000,00	-	-
021.02.02.02	Dotação Iniciais Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	30 000,00	-	-
021.07.01.07	Dotação Iniciais Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	75 000,00	75 000,00	-	-
021.07.01.09	Dotação Iniciais Equipamento Administrativo	95 000,00	95 000,00	-	-
<b>022</b>	<b>Dotação Corrigidas</b>	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>	-
022.01.01.03	Dotação Corrigidas Pessoal dos quadros-Regime de função pública	615 000,00	-	615 000,00	-
022.01.01.13	Dotação Corrigidas Subsídio de refeição	65 000,00	-	65 000,00	-
022.01.03.05	Dotação Corrigidas Contribuições para a Seg. Social	70 000,00	-	70 000,00	-
022.02.02.02	Dotação Corrigidas Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	-	30 000,00	-
022.01.01.07	Dotação Corrigidas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	75 000,00	-	75 000,00	-
022.07.01.09	Dotação Corrigidas Equipamento Administrativo	95 000,00	-	95 000,00	-
<b>024</b>	<b>Dotação Disponível</b>	<b>163 075,31</b>	<b>950 000,00</b>	-	<b>786 924,69</b>
024.01.01.03	Dotação Disponível Pessoal dos quadros - Regime de função pública	53 141,74	615 000,00	-	561 858,26
024.01.01.13	Dotação Disponível Subsídio de refeição	7 312,41	65 000,00	-	57 687,59
024.01.03.05	Dotação Disponível Contribuições para a Seg. Social	12 621,16	70 000,00	-	57 378,84
024.02.02.02	Dotação Disponível Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	30 000,00	-	-
024.07.01.07	Dotação Disponível Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	60 000,00	75 000,00	-	15 000,00
024.07.01.09	Dotação Disponível Equipamento Administrativo	-	95 000,00	-	95 000,00
<b>025</b>	<b>Cabimentos</b>	<b>163 075,31</b>	<b>163 075,31</b>	<b>163 075,31</b>	<b>163 075,31</b>
025.01.01.03	Cabimento Registado Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	53 141,74	-	53 141,74
025.01.01.13	Cabimento Registado Subsídio de refeição	-	7 312,41	-	7 312,41
025.01.03.05	Cabimento Registado Contribuições para a Seg. Social	-	12 621,16	-	12 621,16
025.02.02.02	Cabimento Registado Aquisição de Serviços - Limpeza	-	30 000,00	-	30 000,00
025.07.01.07	Cabimento Registado Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	60 000,00	-	60 000,00
025.01.01.03	Cabimento com compromisso Pessoal dos quadros - Regime de função pública	53 141,74	-	53 141,74	-
025.01.01.13	Cabimento com compromisso Subsídio de refeição	7 312,41	-	7 312,41	-
025.01.03.05	Cabimento com compromisso Contribuições para a Seg. Social	12 621,16	-	12 621,16	-
025.02.02.02	Cabimento com compromisso Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	-	30 000,00	-
025.07.01.07	Cabimento com compromisso Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	60 000,00	-	60 000,00	-
<b>026</b>	<b>Compromissos</b>	<b>133 075,31</b>	<b>163 075,31</b>	<b>120 454,15</b>	<b>163 075,31</b>
026.01.01.03	Compromisso assumido Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	53 141,74	-	53 141,74
026.01.01.13	Compromisso assumido Subsídio de refeição	-	7 312,41	-	7 312,41
026.01.03.05	Compromisso assumido Contribuições para a Segurança Social	-	12 621,16	-	12 621,16
026.02.02.02	Compromisso assumido Aquisição de Serviços - Limpeza	-	30 000,00	-	30 000,00
026.07.01.07	Compromisso assumido Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	60 000,00	-	60 000,00
026.01.01.03	Compromisso com Obrigação Pessoal dos quadros - Regime de função pública	53 141,74	-	53 141,74	-
026.01.01.13	Compromisso com Obrigação Subsídio de refeição	7 312,41	-	7 312,41	-
026.01.03.05	Compromisso com Obrigação Contribuições para a Seg. Social	12 621,16	-	-	-
026.02.02.02	Compromisso com Obrigação Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	60 000,00	-	60 000,00	-
<b>027</b>	<b>Obrigações</b>	<b>78 075,31</b>	<b>133 075,31</b>	<b>78 075,31</b>	<b>120 454,15</b>
027.01.01.03	Obrigações processadas Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	53 141,74	-	53 141,74
027.01.01.13	Obrigações processadas Subsídio de refeição	-	7 312,41	-	7 312,41
027.01.03.05	Obrigações processadas Contribuições para a Seg. Social	-	12 621,16	-	-
027.07.01.07	Obrigações processadas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	60 000,00	-	60 000,00
027.01.01.03	Obrigações pagas Pessoal dos quadros-Regime de função pública	53 141,74	-	53 141,74	-
027.01.01.13	Obrigações pagas Subsídio de refeição	7 312,41	-	7 312,41	-
027.01.03.05	Obrigações pagas Segurança Social	12 621,16	-	12 621,16	-
027.07.01.07	Obrigações pagas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	5 000,00	-	5 000,00	-
<b>028</b>	<b>Pagamentos</b>	-	<b>78 075,31</b>	-	<b>78 075,31</b>
028.01.01.03	Pagamentos do período Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	53 141,74	-	53 141,74
028.01.01.13	Pagamentos do período Subsídio de refeição	-	7 312,41	-	7 312,41
028.01.03.05	Pagamentos do período Contribuições para a Segurança Social	-	12 621,16	-	12 621,16
028.07.01.07	Pagamentos do período Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	5 000,00	-	5 000,00
<b>Totais</b>		<b>4 493 501,24</b>	<b>4 493 501,24</b>	<b>2 339 704,77</b>	<b>2 339 704,77</b>

Fonte: Própria

O balancete da contabilidade financeira é representado no seguinte quadro:

### Quadro 32 - Balancete final de janeiro - Contabilidade Financeira

Conta	Descrição	Movimentos Débito	Movimentos Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
12.1	Depósitos à ordem	78 100,00	78 075,31	24,69	-
20.1	Devedores por transf.e subs.não reembolsáveis	72 500,00	72 500,00	-	-
21.4.2	Utentes (Multas e outras penalidades)	5 600,00	5 600,00	-	-
23.1.2	Remunerações a pagar ao Pessoal	60 454,15	60 454,15	-	-
24.5.1.2.1	Contribuições p/ Sist. Proteção Social - Parte Patronal	12 621,16	12 621,16	-	-
27.1.1	Fornecedores de investimento . Contas Gerais	5 000,00	60 000,00	-	55 000,00
43.5.1.1	Ativo Fixo Tangível - Equipamento Informático	60 000,00	-	60 000,00	-
63.2.1.1	Remu. Base - Pessoal em regime de nomeação def. e CTFP por tempo	53 141,74	-	53 141,74	-
63.2.1.5	Subsidio de refeição	7 312,41	-	7 312,41	-
63.5.1.1	Encargos s/ remunerações - Sist. Proteção Social	12 621,16	-	12 621,16	-
70.4.4.9	Multas	-	5 600,00	-	5 600,00
75.1	Transferências do Estado	-	72 500,00	-	72 500,00
<b>Totais</b>		<b>367 350,62</b>	<b>367 350,62</b>	<b>133 100,00</b>	<b>133 100,00</b>

Fonte: Própria

No final do mês de janeiro foram apurados os seguintes valores totais:

- ➔ Compromissos = 163.075,31 €, resultantes de: 30.00,00 € (Aquisição de serviços de limpeza) + 60.000,00 € (Aquisição de computadores) + 53.141,74 € (vencimento base) + 7.312,41 € (Subsidio de refeição) + 12.621,16 € (Segurança Social)
- ➔ Pagamentos = 5.000,00 €
- ➔ Transferência do Orçamento de Estado = 72.500,00 €
- ➔ Receitas própria cobrada = 5.600,00 €

A informação obtida vai ser necessária para o cálculo dos FD do mês de fevereiro.

### 6.1.3 fevereiro N+1 – Cálculo dos Fundos Disponíveis e execução do orçamento

A tabela seguinte mostra os valores utilizados para o apuramento dos DF.

Tabela 13 – Mapa de Fundos Disponíveis de fevereiro N+1

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	290 000,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00				5 600,00
Previsão da receita efetiva própria		2 800,00	6 800,00	7 200,00	16 800,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei					
Transferências do QREN ainda não efetuadas					
<i>Correções por recebimento efetivo</i>					
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º					
De receitas gerais					
De receitas próprias					
De empréstimos					
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros					
<i>Correções de receitas gerais</i>					
<i>Correções de receitas próprias</i>					
<i>Correções de empréstimos</i>					
Subtotal	78 100,00	75 300,00	79 300,00	79 700,00	312 400,00
Compromissos assumidos	163 075,31				163 075,31
<b>Pagamentos</b>	78 075,31				78 075,31
Compromissos assumidos por pagar					85 000,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>		<b>149 324,69</b>			

Fonte: Própria

O valor resultante dos cálculos para os Fundos Disponíveis para o mês de fevereiro é de 149.324,69 €.

Os cálculos para definir o valor apresentado para os FD são os seguintes (considerando o mês de fevereiro como o mês de reporte):

- 72.500,00 € + 72.500,00 € + 72.500,00 € + 72.500,00 € (valor do duodécimo da transferência por conta do Orçamento de Estado de fevereiro, março, abril e o acumulado dos meses anteriores, sendo que neste caso é o valor de janeiro). Este valor totaliza 290.000,00 €;
- 5.600,00 € (valor da receita própria que a autarquia efetivamente recebeu em janeiro).

Como nos FD de janeiro foi considerado nos cálculos o valor de 6.000,00 € como receita própria prevista a receber em janeiro e como o recebimento real foi de 5.600,00 €, no cálculo para o mês de fevereiro terá que existir essa correção da diferença negativa. Ou seja, 6.000,00 € - 5.600,00 € = 400,00 € (diferença negativa). Ao valor previsto de receita própria do mês de fevereiro considerado no cálculo dos FD de janeiro (3.200,00 €) há que retirar esta diferença: 3.200,00 € - 400,00 € = 2.800,00 €.

- 2.800,00 € + 6.800,00 € + 7.200,00 € (valores previstos de receita própria que a entidade depreende que vai receber em fevereiro (com os ajustamentos referidos anteriormente), março e abril); O total é de 16.800,00 €.

A soma dos totais (total acumulado) é de 312.400,00 €.

O total de compromissos assumidos em janeiro foi de 163.075,31 € (aquisição de serviços de limpeza: 30.000,00 €; aquisição de computadores: 60.000,00 €; valor do vencimento base: 53.141,74 €; valor do subsidio de refeição: 7.312,41 €; valor da segurança social parte patronal: 12.621,16 €)

Os pagamentos efetuados no primeiro mês do ano foram de 78.075,31 € (valor meramente informativo).

O valor dos compromissos assumidos por pagar é a diferença entre o valor dos compromissos assumidos e os pagamentos (valor meramente informativo).

Deste modo o cálculo dos fundos disponíveis é de 312.400,00 € (total acumulado) – 163.075,31 € (valor acumulado dos compromissos assumidos, neste caso é só do mês de janeiro). Esta diferença será o valor disponível para realizar novos compromissos.

Durante o decorrer do mês de fevereiro, a execução corrente foi a seguinte:

Dia 4 – Recebimento, por transferência bancária, do duodécimo da transferência do Orçamento de Estado.

*(Os registos contabilísticos são iguais aos registos do dia 10 de janeiro)*

Dia 5 – Receção da fatura relativa a serviços de limpeza do mês de janeiro. A fatura foi conferida e registada na contabilidade.

**Quadro 33 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Obrigação relativa a Serviços de Limpeza**

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Obrigação	Compromissos com obrigação	0262	02.02.02	2 500,00
	Obrigações processadas	0271	02.02.02	2 500,00

Fonte: Própria

**Quadro 34 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) – Fatura relativa a Serviços de Limpeza**

Contabilidade Financeira			
Fase		Conta	Débito      Crédito
Fatura	Limpeza, higiene e conforto	62.6.7	2 500,00
	Fornecedores - c/c	22.1	2 500,00

Fonte: Própria



Dia 6 – Pagamento dos serviços de limpeza referentes ao mês de Janeiro, no valor de 2.500,00€.

**Quadro 35 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento Serviços de Limpeza**

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Pagamento	Obrigações Pagas	0272	02.02.02	2 500,00
	Pagamentos do período	0281	02.02.02	2 500,00

Fonte: Própria

**Quadro 36 - Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento Serviços de Limpeza**

Contabilidade Financeira			
Fase		Conta	Débito      Crédito
Pagamento	Fornecedores - c/c	22.1	2 500,00
	Banco	12.1	2 500,00

Fonte: Própria

Dia 7 – O executivo da Junta, face à necessidade de substituir o mobiliário em mau estado (que já estava totalmente depreciado) decidiu renovar o mobiliário das instalações e, após proceder aos procedimentos para a consulta pública (logo, o cabimento teve que ser realizado previamente para lançamento de concurso), adjudicou à entidade que apresentou melhor preço. O valor do compromisso é de 95.000,00 €.

**Quadro 37 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Compromisso**

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Compromisso	Cabimentos com compromisso	0252	07.01.09	95 000,00
	Compromissos assumidos	0261	07.01.09	95 000,00

Fonte: Própria

Dia 11 – Recebimento, por transferência bancária, do duodécimo da transferência do Orçamento de Estado.

*(Os registos contabilísticos são iguais aos registos do dia 10 de janeiro)*

Dia 14 - Pagamento de 5.000,00 € da fatura referente aos computadores. O executivo acordou com o fornecedor o pagamento pelos 12 meses do ano.

#### Quadro 38 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Pagamento

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Pagamento	Obrigações Pagas	0272	07.01.07	5.000,00
	Pagamentos do período	0281	07.01.07	5.000,00

Fonte: Própria

#### Quadro 39 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Pagamento

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Pagamento	Fornecedores de investimento - contas gerais	27.1.1	5.000,00	
	Banco XXX	12.1		10.000,00

Fonte: Própria

Dia 15 – Recebimento de 8.060,00 €, através de transferência bancária, respeitante ao aluguer do polidesportivo da Freguesia.

#### Quadro 40 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Recebimento

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Liquidação	Liquidações emitidas	0152	07.02.01	8 060,00
	Previsão por liquidar	014	07.02.01	8 060,00
Recebimento	Recebimentos do período	0171	07.02.01	8 060,00
	Liquidações recebidas	0153	07.02.01	8 060,00

Fonte: Própria

#### Quadro 41 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Recebimento

Contabilidade Financeira				
Fase		Conta	Débito	Crédito
Recebimento	Banco	12.1	8 060,00	
	Clientes – Contas Gerais	21.1.1		8 060,00

Fonte: Própria

Dia 25 – Após o fecho dos vencimentos de fevereiro, procedeu-se ao seu compromisso e respetivo pagamento.

(Para simplificação, consideramos os dados do mês de janeiro).

A relembrar:

Vencimento base = 53.141,74 €

Subsídio de refeição = 7.312,41

Segurança Social (entidade) = 12.621,16 €

Total = 73.075,31 €

Dado que facto é o mesmo e os valores considerados também são iguais aos do mês de janeiro, os movimentos contabilísticos também serão iguais, pelo que, não vamos efetuar a repetição dos registos contabilísticos representativos dos vencimentos.

Dia 26 – Receção, verificação e registo da fatura referente ao mobiliário.

#### Quadro 42 - Registo Contabilístico (Contabilidade Orçamental) - Obrigação

Contabilidade Orçamental				
Fase		Conta	Rubrica	Débito      Crédito
Obrigação	Compromissos com obrigação	0262	07.01.09	95 000,00
	Obrigações processadas	0271	07.01.09	95 000,00

Fonte: Própria

#### Quadro 43 - Registo Contabilístico (Contabilidade Financeira) - Fatura

Contabilidade Financeira			
Fase		Conta	Débito      Crédito
Fatura	Equipamento Administrativo	43.5.3	95 000,00
	Fornecedores de investimento - contas gerais	27.1.1	95 000,00

Fonte: Própria

Para o final do mês de fevereiro, o balancete final das contas orçamentais é o que se apresenta a seguir:

## Quadro 44 - Balancete final de fevereiro - Contabilidade Orçamental

Conta	Descrição	Movimentos Débito	Movimentos Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
<b>011</b>	<b>Previsões Iniciais</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	-	-
011.04.02.04	Previsões Iniciais Multas e outras penalidades	40 000,00	40 000,00	-	-
011.06.03.01.05	Previsões Iniciais Transferências correntes - Por Conta do OE	870 000,00	870 000,00	-	-
011.07.02.01	Previsões Iniciais Aluguer de espaços e equipamento	30 000,00	30 000,00	-	-
011.07.03.02	Previsões Iniciais Renda de edifícios	10 000,00	10 000,00	-	-
<b>012</b>	<b>Previsões Corrigidas</b>	-	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>
012.04.02.04	Previsões Corrigidas Multas e outras penalidades	-	40 000,00	-	40 000,00
012.06.03.01.05	Previsões Corrigidas Transferências correntes - Por Conta do OE	-	870 000,00	-	870 000,00
012.07.02.01	Previsões Corrigidas Aluguer de espaços e equipamento	-	30 000,00	-	30 000,00
012.07.03.02	Previsões Corrigidas Renda de edifícios	-	10 000,00	-	10 000,00
<b>014</b>	<b>Previsões por Liquidar</b>	<b>950 000,00</b>	<b>74 900,00</b>	<b>875 100,00</b>	-
014.04.02.04	Previsões por Liquidar Multas e outras penalidades	40 000,00	900,00	39 100,00	-
014.06.03.01.05	Previsões por Liquidar Transferências correntes - Por Conta do OE	870 000,00	72 500,00	797 500,00	-
014.07.02.01	Previsões por Liquidar Aluguer de espaços e equipamento	30 000,00	1 500,00	28 500,00	-
014.07.03.02	Previsões por Liquidar Renda de edifícios	10 000,00	-	10 000,00	-
<b>015</b>	<b>Liquidações</b>	<b>74 900,00</b>	<b>74 900,00</b>	<b>74 900,00</b>	<b>74 900,00</b>
015.04.02.04	Liquidações Emitidas Multas e outras penalidades	900,00	-	900,00	-
015.06.03.01.05	Liquidações Emitidas Transferências correntes - Por Conta do OE	72 500,00	-	72 500,00	-
015.07.02.01	Liquidações Emitidas Aluguer de espaços e equipamento	1 500,00	-	1 500,00	-
015.06.03.01.05	Liquidações Recebidas Transferências correntes - Por Conta do OE	-	72 500,00	-	72 500,00
015.04.02.04	Liquidações Recebidas Multas e outras penalidades	-	900,00	-	900,00
015.07.02.01	Liquidações Recebidas Aluguer de espaços e equipamentos	-	1 500,00	-	1 500,00
<b>017</b>	<b>Recebimentos</b>	<b>74 900,00</b>	-	<b>74 900,00</b>	-
017.06.03.01.05	Recebimentos do Período Transferências correntes - Por Conta do OE	72 500,00	-	72 500,00	-
017.1.04.02.04	Recebimentos do Período Multas e outras penalidades	900,00	-	900,00	-
017.1.07.02.01	Recebimentos do Período Aluguer de espaços e equipamentos	1 500,00	-	1 500,00	-
<b>021</b>	<b>Dotação Iniciais</b>	<b>950 000,00</b>	<b>950 000,00</b>	-	-
021.01.01.03	Dotações Iniciais Pessoal dos quadros-Regime de função pública	660 000,00	660 000,00	-	-
021.01.01.13	Dotação Iniciais Subsídio de refeição	85 000,00	85 000,00	-	-
021.01.03.05	Dotação Iniciais Contribuições para a Seg. Social	90 000,00	90 000,00	-	-
021.02.02.02	Dotação Iniciais Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	30 000,00	-	-
021.01.01.07	Dotação Iniciais Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	85 000,00	85 000,00	-	-
<b>022</b>	<b>Dotação Corrigidas</b>	<b>950 000,00</b>	-	<b>950 000,00</b>	-
022.01.01.03	Dotação Corrigidas Pessoal dos quadros-Regime de função pública	660 000,00	-	660 000,00	-
022.01.01.13	Dotação Corrigidas Subsídio de refeição	85 000,00	-	85 000,00	-
022.01.03.05	Dotação Corrigidas Contribuições para a Seg. Social	90 000,00	-	90 000,00	-
022.02.02.02	Dotação Corrigidas Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	-	30 000,00	-
022.01.01.07	Dotação Corrigidas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	85 000,00	-	85 000,00	-
<b>024</b>	<b>Dotação Disponível</b>	<b>236 150,62</b>	<b>950 000,00</b>	-	<b>713 849,38</b>
024.01.01.03	Dotação Disponível Pessoal dos quadros - Regime de função pública	106 283,48	660 000,00	-	553 716,52
024.01.01.13	Dotação Disponível Subsídio de refeição	14 624,82	85 000,00	-	70 375,18
024.01.03.05	Dotação Disponível Contribuições para a Seg. Social	25 242,32	90 000,00	-	64 757,68
024.02.02.02	Dotação Disponível Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	30 000,00	-	-
024.07.01.07	Dotação Disponível Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	60 000,00	85 000,00	-	25 000,00
<b>025</b>	<b>Cabimentos</b>	<b>331 150,62</b>	<b>236 150,62</b>	<b>331 150,62</b>	<b>236 150,62</b>
025.01.01.03	Cabimento Registado Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	106 283,48	-	106 283,48
025.01.01.13	Cabimento Registado Subsídio de refeição	-	14 624,82	-	14 624,82
025.01.03.05	Cabimento Registado Contribuições para a Seg. Social	-	25 242,32	-	25 242,32
025.02.02.02	Cabimento Registado Aquisição de Serviços - Limpeza	-	30 000,00	-	30 000,00
025.07.01.07	Cabimento Registado Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	60 000,00	-	60 000,00
025.01.01.03	Cabimento com compromisso Pessoal dos quadros - Regime de função pública	106 283,48	-	106 283,48	-
025.01.01.13	Cabimento com compromisso Subsídio de refeição	14 624,82	-	14 624,82	-
025.01.03.05	Cabimento com compromisso Contribuições para a Seg. Social	25 242,32	-	25 242,32	-
025.02.02.02	Cabimento com compromisso Aquisição de Serviços - Limpeza	30 000,00	-	30 000,00	-
025.07.01.07	Cabimento com compromisso Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	60 000,00	-	60 000,00	-
025.07.01.09	Cabimento com compromisso Equipamento Administrativo	95 000,00	-	95 000,00	-
<b>026</b>	<b>Compromissos</b>	<b>183 408,30</b>	<b>331 150,62</b>	<b>183 408,30</b>	<b>331 150,62</b>
026.01.01.03	Compromisso assumido Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	106 283,48	-	106 283,48
026.01.01.13	Compromisso assumido Subsídio de refeição	-	14 624,82	-	14 624,82
026.01.03.05	Compromisso assumido Contribuições para a Segurança Social	-	25 242,32	-	25 242,32
026.02.02.02	Compromisso assumido Aquisição de Serviços - Limpeza	-	30 000,00	-	30 000,00
026.07.01.07	Compromisso assumido Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	60 000,00	-	60 000,00
026.07.01.09	Compromisso assumido Equipamento Administrativo	-	95 000,00	-	95 000,00
026.01.01.03	Compromisso com Obrigação Pessoal dos quadros - Regime de função pública	106 283,48	-	106 283,48	-
026.01.01.13	Compromisso com Obrigação Subsídio de refeição	14 624,82	-	14 624,82	-
026.07.01.07	Compromisso com Obrigação Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	60 000,00	-	60 000,00	-
026.02.02.02	Compromisso com Obrigação Aquisição de Serviços - Limpeza	2 500,00	-	2 500,00	-
<b>027</b>	<b>Obrigações</b>	<b>163 650,62</b>	<b>183 408,30</b>	<b>163 650,62</b>	<b>183 408,30</b>
027.01.01.03	Obrigações processadas Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	106 283,48	-	106 283,48
027.01.01.13	Obrigações processadas Subsídio de refeição	-	14 624,82	-	14 624,82
027.02.02.02	Obrigações processadas Aquisição de Serviços - Limpeza	-	2 500,00	-	2 500,00
027.07.01.07	Obrigações processadas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	60 000,00	-	60 000,00
027.01.01.03	Obrigações pagas Pessoal dos quadros-Regime de função pública	106 283,48	-	106 283,48	-
027.01.01.13	Obrigações pagas Subsídio de refeição	14 624,82	-	14 624,82	-
027.01.03.05	Obrigações pagas Segurança Social	25 242,32	-	25 242,32	-
027.02.02.02	Obrigações pagas Aquisição de Serviços - Limpeza	2 500,00	-	2 500,00	-
027.07.01.07	Obrigações pagas Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	15 000,00	-	15 000,00	-
<b>028</b>	<b>Pagamentos</b>	-	<b>163 650,62</b>	-	<b>163 650,62</b>
028.01.01.03	Pagamentos do período Pessoal dos quadros - Regime de função pública	-	106 283,48	-	106 283,48
028.01.01.13	Pagamentos do período Subsídio de refeição	-	14 624,82	-	14 624,82
028.01.03.05	Pagamentos do período Contribuições para a Segurança Social	-	25 242,32	-	25 242,32
028.02.02.02	Pagamentos do período Aquisição de Serviços - Limpeza	-	2 500,00	-	2 500,00
028.07.01.07	Pagamentos do período Aquisição de bens Capital: Invest. - Eq. Inform.	-	15 000,00	-	15 000,00
<b>Totais</b>		<b>4 864 160,16</b>	<b>4 864 160,16</b>	<b>2 653 109,54</b>	<b>2 653 109,54</b>

Fonte: Própria

**Quadro 45 - Balancete final de fevereiro - Contabilidade Financeira**

Conta	Descrição	Movimentos Débito	Movimentos Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
12.1	Depósitos à ordem	158 660,00	158 650,62	9,38	-
20.1	Devedores por tranf.e subs.não reembolsáveis	145 000,00	145 000,00	-	-
21.1.1	Clientes - Contas Gerais	-	8 060,00	-	8 060,00
21.4.2	Utentes (Multas e outras penalidades)	5 600,00	5 600,00	-	-
22.1	Fornecedores - Contas Gerais	2 500,00	2 500,00	-	-
23.1.2	Remunerações a pagar ao Pessoal	120 908,30	120 908,30	-	-
24.5.1.2.1	Contribuições p/ Sist. Proteção Social - Parte Patronal	25 242,32	25 242,32	-	-
27.1.1	Fornecedores de investimento - Contas Gerais	10 000,00	60 000,00	-	50 000,00
43.5.1.1	Ativo Fixo Tangível - Equipamento Administrativo - Equipamento	60 000,00	-	60 000,00	-
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	2 500,00	-	2 500,00	-
63.2.1.1	Remu. Base - Pessoal em regime de nomeação def. e CTFP por tempo	106 283,48	-	106 283,48	-
63.2.1.5	Subsidio de refeição	14 624,82	-	14 624,82	-
63.5.1.1	Encargos s/ remunerações - Sist. Proteção Social	25 242,32	-	25 242,32	-
70.4.4.9	Multas	-	5 600,00	-	5 600,00
75.1	Transferências do Estado	-	145 000,00	-	145 000,00
<b>Totais</b>		<b>676 561,24</b>	<b>676 561,24</b>	<b>208 660,00</b>	<b>208 660,00</b>

Fonte: Própria

### 6.1.4 março N+1 – Cálculo dos Fundos Disponíveis e execução do orçamento

No início do mês de março, procedeu-se aos cálculos dos fundos disponíveis para o mês.

**Tabela 14 - Mapa de Fundos disponíveis março N+1**

2019	Janeiro		Março	Abril	Maió	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	362 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00	8 060,00				13 660,00
Previsão da receita efetiva própria			6 800,00	7 200,00	6 600,00	20 600,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei						
Transferências do QREN ainda não efetuadas						
<i>Correções por recebimento efetivo</i>						
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º						
De receitas gerais						
De receitas próprias						
De empréstimos						
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros						
<i>Correções de receitas gerais</i>						
<i>Correções de receitas próprias</i>						
<i>Correções de empréstimos</i>						
Subtotal	78 100,00	80 560,00	79 300,00	79 700,00	79 100,00	396 760,00
Compromissos assumidos	163 075,31	168 075,31				331 150,62
<b>Pagamentos</b>	78 075,31	80 575,31				158 650,62
Compromissos assumidos por pagar						172 500,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>			<b>65 609,38</b>			

Fonte: Própria

No início do mês de março, o valor para novos compromissos é de 65.609,38 €.

Para chegar a estes valores, os cálculos realizados foram:

- 72.500,00 € + 72.500,00 + 72.500,00 € + 72.500,00 + 72.500,00 € (acumulado dos meses anteriores de janeiro e fevereiro dos duodécimos das transferências por conta do Orçamento de Estado com a soma dos valores dos meses março, abril e maio);
- 8.060,00 € (receita própria recebida em janeiro);
- 1.500,00 € (receita própria recebida em fevereiro);
- 6.800,00 € (previsão da receita própria para o mês de março);
- 7.200,00 € (previsão de receita própria para o mês de abril);
- 6.600,00 € (previsão de receita própria para o mês de maio);

O total acumulado destes valores fica em 396.760,00 €.

Os compromissos assumidos do mês e fevereiro foram no valor de 168.075,31 € (95.000,00 €: Aquisição de mobiliário + 73.075,31 €: Vencimento base, subsídio de refeição e segurança social) e os compromissos assumidos em janeiro foram de 163.075,31 € (aquisição de mobiliário: 95.000,00 €; valor vencimento base: 53.141,74 €; valor subsidio de refeição: 7.312,41 €; valor da segurança social parte patronal: 12.621,16 €).

Sendo que esta soma fica no valor de 331.150,62 €.

Com a diferença entre o total acumulado e a soma dos compromissos assumidos de janeiro e fevereiro ficamos com o valor disponível para novos compromissos no mês e março.

Para o mês de março, a execução será:

Dia 3 – É intenção do executivo proceder à adjudicação de comunicações (chamadas voz fixa, móvel e internet) para 10 meses. Depois de consultar o mercado e lançar o procedimento por consulta prévia, a proposta que estava em conformidade com o mesmo, apresentava um valor de 66.000,00 € (6.600,00 € mensais).

Sabendo que os FD são de 65.609,38 €, o valor para este compromisso é superior ao que se pode comprometer.

Ao simular o mapa dos FD, verificamos o seguinte:

**Tabela 15 - Mapa de Fundos Disponíveis para compromisso de março N+1 - Simulação**

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	362 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00	8 060,00				13 660,00
Previsão da receita efetiva própria			6 800,00	7 200,00	6 600,00	20 600,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei						
Transferências do QREN ainda não efetuadas						
<i>Correções por recebimento efetivo</i>						
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º						
De receitas gerais						
De receitas próprias						
De empréstimos						
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros						
<i>Correções de receitas gerais</i>						
<i>Correções de receitas próprias</i>						
<i>Correções de empréstimos</i>						
Subtotal	78 100,00	80 560,00	79 300,00	79 700,00	79 100,00	396 760,00
Compromissos assumidos	163 075,31	168 075,31	66 000,00			397 150,62
<b>Pagamentos</b>	78 075,31	175 575,31				253 650,62
Compromissos assumidos por pagar						143 500,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>			<b>-390,62</b>			

Fonte: Própria

Nesse momento, não será possível fazer o compromisso para esta despesa: os FD não são suficientes.

## 6.2 Opções previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso para aumento dos Fundos Disponíveis

O executivo para solucionar esta questão tem várias opções, entre as quais:

**Quadro 46 - Opções para o aumento dos Fundos Disponíveis**

OPÇÕES	LEI
1. Decidir optar pela não realização da despesa	
2. Adjudicar/ comprometer para menos meses	
3. Solicitar um aumento temporário por antecipação de receitas gerais de dois meses seguintes (se não existirem pagamentos em atraso)	Artigo 4.º da LPCA

4. Pedir um aumento temporário por antecipação de receitas próprias de dois meses seguintes (se não existirem pagamentos em atraso)	Artigo 4.º da LPCA
5. Incorporar o Saldo de Gerência – caso o mês de reporte seja abril (por exemplo) – porque, normalmente, a Assembleia de Freguesia é nesse mês para aprovação da Prestação de contas/ Conta de Gerência	Artigo 5.º, n.º 3, alínea a) do DL 127/2012, de 21 de junho
6. Crédito especial – caso a receita efetiva cobrada, até ao momento, seja superior à receita prevista para o ano, o que não vai acontecer neste caso prático	

**Fonte:** Própria

Em conformidade com o quadro que é apresentado, de seguida são explicados os pontos mencionados:

### **1. Decidir optar pela não realização da despesa**

O executivo da junta poderá optar por não seguir com o procedimento, visto que não existe FD suficientes. Mesmo que esta despesa seja negociada com o fornecedor de modo a baixar o valor, este gasto pode comprometer as despesas futuras da entidade. Esta poderá ficar sem FD até ao final do ano.

### **2. Adjudicar/ comprometer para menos meses:**

Esta é a opção mais rápida de resolver a questão. Contudo, só resolve no imediato.

A entidade pública pode optar por fazer um procedimento para menos meses, para que a dotação necessária para comprometer a despesa fosse inferior e, desta forma, não tinha problema com os FD.

### **3. Solicitar um aumento temporário por antecipação de receitas gerais de dois meses seguintes (se não existirem pagamentos em atraso)**

Supondo que a entidade não tem pagamentos em atraso, existe a possibilidade de recorrer ao aumento temporário por antecipação de receitas gerais, a título excecional e desde que aprovado pela entidade competente, ao abrigo do artigo 4.º da LPCA.

Deste modo, para proceder ao aumento temporário há que formalizar o pedido a solicitar a antecipação das receitas de outubro (há que considerar um mês posterior ao mês em questão), no valor de 5.000,00 € (este valor é uma suposição podendo ser outro valor, desde que fosse



suficiente para que o valor dos FD ficasse com dotação disponível para o compromisso pretendido). Este valor terá que ser corrigido no mês de origem, neste caso, outubro.

Assim sendo, se a opção de incorporação de antecipação de receitas gerais for aprovada, esta aplicação no cálculo dos FD é a apresentada na tabela seguinte.

**Tabela 16 - Mapa de Fundos Disponíveis com antecipação de receitas gerais**

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	362 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00	8 060,00				13 660,00
Previsão da receita efetiva própria			6 800,00	7 200,00	6 600,00	20 600,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei						
Transferências do QREN ainda não efetuadas						
<i>Correções por recebimento efetivo</i>						
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º						
De receitas gerais			5 000,00			5 000,00
De receitas próprias						
De empréstimos						
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros						
<i>Correções de receitas gerais</i>						
<i>Correções de receitas próprias</i>						
<i>Correções de empréstimos</i>						
Subtotal	78 100,00	80 560,00	84 300,00	79 700,00	79 100,00	401 760,00
Compromissos assumidos	163 075,31	168 075,31				331 150,62
<b>Pagamentos</b>	78 075,31	175 575,31				253 650,62
Compromissos assumidos por pagar						77 500,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>			70 609,38			

**Fonte:** Própria

Deste modo, os FD ficam em 70.609,38 €. Assim já é possível efetuar o compromisso pretendido no valor de 52.000,00 €.

#### 4. Pedir um aumento temporário por antecipação de receitas próprias de dois meses seguintes (se não existirem pagamentos em atraso)

Outra possibilidade é o aumento temporário, também a título excecional dos fundos disponíveis por antecipação de receitas próprias (artigo 4.º da LCPA).

Neste caso, também terá que existir um pedido formal e ser aceite pela entidade competente para o efeito.

Neste caso, também vamos considerar o valor de 5.000,00 € para o mês de Outubro (há que considerar um mês posterior ao mês em questão). Sendo que este montante terá que ser corrigido nesse mesmo mês (mês de origem – outubro).

**Tabela 17 - Mapa de Fundos Disponíveis após aumento temporário de receitas próprias**

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	362 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00	8 060,00				13 660,00
Previsão da receita efetiva própria			6 800,00	7 200,00	6 600,00	20 600,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei						
Transferências do QREN ainda não efetuadas						
<i>Correções por recebimento efetivo</i>						
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º						
De receitas gerais						
De receitas próprias			5 000,00			5 000,00
De empréstimos						
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros						
<i>Correções de receitas gerais</i>						
<i>Correções de receitas próprias</i>						
<i>Correções de empréstimos</i>						
Subtotal	78 100,00	80 560,00	84 300,00	79 700,00	79 100,00	401 760,00
Compromissos assumidos	163 075,31	168 075,31				331 150,62
<b>Pagamentos</b>	78 075,31	175 575,31				253 650,62
Compromissos assumidos por pagar						77 500,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>			<b>70 609,38</b>			

**Fonte:** Própria

Os FD ficam com o valor de 70.609,38 €, sendo que é possível fazer o compromisso pretendido.

## 5. Incorporar o Saldo de Gerência – caso o mês de reporte seja abril

A incorporação do saldo de gerência pode ser realizada até final de abril, após aprovação pelo órgão competente (artigo 27.º, n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

A incorporação será no valor de 5.000,00 € (valor utilizado nos outros pontos).

O saldo de gerência é um valor apurado através da contabilidade orçamental no final de cada ano.

**Tabela 18 - Mapa de Fundos Disponíveis com incorporação do Saldo de Gerência**

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total Acumulad o
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	362 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00	8 060,00				13 660,00
Previsão da receita efetiva própria			6 800,00	7 200,00	6 600,00	20 600,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei						
Transferências do QREN ainda não efetuadas						
<i>Correções por recebimento efetivo</i>						
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º						
De receitas gerais						
De receitas próprias						
De empréstimos						
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros			5 000,00			5 000,00
<i>Correções de receitas gerais</i>						
<i>Correções de receitas próprias</i>						
<i>Correções de empréstimos</i>						
Subtotal	78 100,00	80 560,00	84 300,00	79 700,00	79 100,00	401 760,00
Compromissos assumidos	163 075,31	168 075,31				331 150,62
<b>Pagamentos</b>	78 075,31	175 575,31				253 650,62
Compromissos assumidos por pagar						77 500,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>			<b>70 609,38</b>			

**Fonte:** Própria

Como é uma incorporação de valores do ano anterior, significa que este valor vai fazer aumentar o orçamento. Logo, não terá que ser corrigido.

## 6. Crédito especial – caso a receita efetiva cobrada, até ao momento, seja superior à receita prevista para o ano

Neste caso prático, a receita prevista ainda se encontra superior à recebida. Logo, não se aplica este sobreposto neste caso.

Contudo, se a receita recebida fosse superior à prevista, podia-se fazer um crédito especial para que a taxa de execução não fosse superior a 100%. O crédito especial iria servir para aumentar o orçamento da receita (na(s) rubrica(s) cuja execução esteja superior a 100 % ou que se saiba que

esse recebimento vai ser efetuado proximamente) e, por consequência, iria aumentar a dotação, no mesmo valor, para realizar despesa (princípio do equilíbrio).

Ou seja, a previsão anual de receita própria, neste caso prático, é de 80.000,00 € e, se até ao momento, tivesse sido cobrada 85.000,00 € (valor a título de exemplo), existiria uma diferença positiva de 5.000,00 €. Logo, após autorização dos órgãos competentes, é possível fazer um crédito especial nesse valor: existiria mais 5.000,00 € para aumentar nos fundos disponíveis, logo, mais 5.000,00 € para comprometer.

**Tabela 19 - Mapa de Fundos Disponíveis com incorporação do crédito especial**

2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Total Acumulado
Transferências ou subsídios com origem no OE	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	72 500,00	362 500,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	5 600,00	8 060,00	5 000,00			18 660,00
Previsão da receita efetiva própria			6 800,00	7 200,00	6 600,00	20 600,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei						
Transferências do QREN ainda não efetuadas						
<i>Correções por recebimento efetivo</i>						
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º						
De receitas gerais						
De receitas próprias						
De empréstimos						
De aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros						
<i>Correções de receitas gerais</i>						
<i>Correções de receitas próprias</i>						
<i>Correções de empréstimos</i>						
Subtotal	78 100,00	80 560,00	84 300,00	79 700,00	79 100,00	401 760,00
Compromissos assumidos	163 075,31	168 075,31				331 150,62
<b>Pagamentos</b>	78 075,31	175 575,31				253 650,62
Compromissos assumidos por pagar						77 500,00
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>			70 609,38			

**Fonte:** Própria

O valor dos Fundos Disponíveis fica com o valor de 70.609,38 €: valor disponível para comprometer.

Os pontos 3, 4 e 6 carecem de autorização pelo órgão executivo, no caso da administração local. Neste caso, como a autarquia não tem pagamentos em atraso, esta autorização pode passar pelo presidente, conforme estipulado no artigo 4.º da LPCA.

O ponto 5 terá que ir a Assembleia de Freguesia para que a integração seja aprovada.

Mesmo com estes mecanismos disponíveis é sempre importante lembrar que a execução do orçamento não pode levar à acumulação de pagamentos em atraso.

## Conclusão

Esta dissertação é parte integrante do Mestrado em Contabilidade e Finanças e tem como objetivo principal, evidenciar como é que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso condiciona a execução orçamental da despesa.

Nesse sentido, o estudo desenvolveu-se através de uma revisão de literatura e da apresentação de um estudo de caso aplicado numa União de Freguesias.

Na revisão de literatura, para além da caracterização e enquadramento legal dos municípios ficou evidente a importância da informação contabilística, a evolução da legislação aplicada e os dois últimos normativos contabilísticos, o POCP e o SNC-AP, tendo-se dado maior destaque ao SNC-AP, por ser o que está atualmente em vigor.

Nesse sentido, evidenciaram-se os três subsistemas contabilísticos impostos pelo SNC-AP, salientando a informação obtida na aplicação da NCP26, relativamente ao ciclo orçamental. De seguida, foram ainda apresentados três diplomas, um que possibilita detalhar as despesas e as receitas previstas no orçamento (o classificador económico) e dois que de forma diferente, condicionam a execução orçamental e que são o Código dos Contratos Públicos e a Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso, dando maior realce, a este último diploma.

O estudo de caso apresentado, na União de Freguesias CC partindo do seu orçamento, permitiu por um lado, evidenciar, contabilisticamente, os registos contabilísticos associados ao reconhecimento dos factos ocorridos na entidade estudada e por outro lado, ver como é que a LPCA condiciona, através do cálculo dos fundos disponíveis, a possibilidade ou não, de se efetuar o cabimento e compromisso, mesmo havendo dotação disponível na despesa. Finalmente, o Estudo de caso veio permitir realçar as opções previstas nessa Lei para quando se esgota o valor dos fundos disponíveis, por força da elevada execução orçamental.

Este estudo considera-se muito relevante face ao papel cada vez mais importante das Freguesias na sociedade quer pelas suas competências quer pela sua proximidade à população. Nas Juntas de Freguesia, as receitas são maioritariamente provenientes das transferências do Orçamento de Estado, pois poucas receitas próprias conseguem obter. Assim, quanto maiores são as responsabilidades, maiores são as despesas, por isso, é necessário acautelar as suas receitas para que se consiga fazer face às despesas.

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso impede que se proceda à assunção de compromissos sem existir fundos disponíveis. O incumprimento leva a que exista “responsabilização civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória” (artigo 11.º da LPCA). Por isso, o papel dos gestores, dirigentes ou os responsáveis pela contabilidade é muito importante, porque são estes que lidam com a informação todos os dias e conseguem ter

uma melhor perceção da realidade da entidade. Consideramos que, a informação evidenciada neste estudo de caso, permite informar, apoiar e fundamentar as tomadas de decisão.

As limitações deste estudo centram-se, em termos de revisão de literatura, na pouca investigação que existe sobre o tema e, no estudo de caso, não se poder generalizar os seus resultados a toda a Administração Pública, pois cada uma delas apresenta realidades diferentes. Salienta-se que esta última limitação é compensada pelo detalhe com que se conheceu a instituição estudada.

Como linha de investigação futura pretende-se, através de questionário efetuado por e-mail às juntas de freguesia do País, perceber quais as dificuldades da aplicação da LCPA e saber ainda, quando não há fundos disponíveis, quais são as opções mais usadas, dentro das permitidas pela Lei.

## Bibliografia

- Almeida, R.H. (2017). "A adoção de uma nova reforma da Contabilidade Pública em Portugal: Estudo do caso em algumas entidades piloto". Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa
- Ascenso, R.C. (2015). "Evolução Financeira das Freguesias: Região de Lisboa. Período de 2009 – 2012" Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Setúbal
- Azevedo, C.M. (2018). "A implementação do SNC-AP nas Autarquias Locais em Portugal". Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Universidade de Aveiro
- Basílio, J.S. (2013). "A Contabilidade Digráfica aplicada ao Setor Público: O caso do tribunal da relação de Coimbra". Relatório de estágio de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Carruna, C.C. (2016). "O impacto da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso nos municípios do Algarve". Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve
- DO, *Manual de Procedimentos, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)*, Versão 4.0; (2015)
- Bilhim, João (2004). A governação nas autarquias locais. Coleção: Inovação e governação nas autarquias. Porto. Editor Sociedade Portuguesa de Inovação
- Ferreira, C.M.M.P. (2013). "Harmonização Contabilística no Sector Público: Constrangimentos na Adopção das IPSAS". Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Gaspar, C.P. (2015). "Comparação dos Processos Orçamentais - O caso de Portugal nos países da OCDE". Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa
- Gato, J.P. (2014). "A mudança no contexto da organização administrativa do território - As freguesias portuguesas depois de 2013". Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- Gil, A. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 Edição. São Paulo. Editora Altas
- Jorge, S.M. (2019). "Elaboração e preparação das demonstrações financeiras individuais (SNC-AP). Formação. Ordem dos Contabilistas Certificados
- Marques, I.P. (2016). "Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso: Implicações nas Autarquias Locais". Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
- Maranhão, E.M.S.P; Fernandes, M.J. (2016). "A reorganização administrativa do território das freguesias: O caso do distrito de Braga".
- Pereira, P.V. (2015). "Aprender na Câmara Municipal de Câmara de Lobos". Relatório de Estágio. Instituto Superior de Gestão. Lisboa
- Pinho, S. (2014). "A Contabilidade de Gestão nas Autarquias Locais: O caso do Município de Espinho". Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Instituto Politécnico do Porto

Sardinha, J.C. (2014). "O impacto da Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso, consequências para os agentes económicos, para os gestores e responsáveis financeiros". Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia

Silva, S.M.O, Rodrigues, L. L., Guerreiro, M. (2016). "Evolução da contabilidade pública em Portugal: uma análise institucional". Comunicação para XVII AECA

Teixeira, A.B, Mata, C.M, Pardal, P.N, Teixeira, N.M (2011). "Os indicadores de desempenho utilizados nos municípios do distrito de Setúbal". Instituto Politécnico de Setúbal. Municípios Luso Hispânicos

Teixeira, A.M, Martins, V.P. (2018). "A Contabilidade Orçamental, o Código dos Contratos Públicos e a execução do orçamento da despesa". Instituto Politécnico de Setúbal

Vaz, Ana Teresa (2016). "A Contabilidade Pública em Portugal – A Evolução". Comunicação para XVII AECA

Ventura M. M. (2007, set/out). *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. Revista Socerj, Rio de Janeiro (Brasil)

Vilelas, J. (2009). *Investigação – O Processo de construção do conhecimento*. Edições Sílabo

## Legislação

### Lei

Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro – Lei das Finanças Locais

Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro – Nova Lei das Finanças Locais

Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro – Lei de Bases da Contabilidade Pública

Lei n.º 6/91, de 20 de fevereiro – Lei do Enquadramento do Orçamento de Estado

Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro

Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais

Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro – Lei de Enquadramento Orçamental

### Decreto-Lei

Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de Junho

Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Junho – Modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais



Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho – Regime de Administração Financeira do Estado

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais

Decreto-Lei n.º 898/2000, de 28 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de Janeiro – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro – Classificador Económico das receitas e despesas das Autarquias Locais

Decreto-Lei n.º 8/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho – Sistema de Normalização Contabilística

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do sector Não Lucrativo

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho – Procedimentos necessários à aplicação da LPCA

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Decreto-Lei n.º 111-B/2017 – Código dos Contratos Públicos

## **Portaria**

Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade para o sector da Educação

Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto

## **Outros**

Orientação técnica 1/CCP/2018 do IMPIC